



Handwritten signature in blue ink

**Município de Santa Marta de Penaguião
Assembleia Municipal**

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO SALÃO NOBRE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA
MARTA DE PENAGUIÃO, NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2018**

N.º 06/2018

MESA DA ASSEMBLEIA: -----

----- Presidente - António Júlio Alves Fernandes, 1.º Secretário – Inês Nogueira Rebelo, 2.º
Secretário – Paula Cristina Morais Guedes Borges. -----

PRESENÇAS: -----

----- **Deputados Municipais Eleitos pelo PS:** -----

----- José Emílio Esteves da Silva, José Fernando Fraga Granja, Jorge Manuel Madureira da
Silva Sampaio, Manuel António Esteves Rebelo, João dos Santos Silva, António Paulo
Monteiro Pinto Conceição, Norberto Costa Almeida, José Afonso Matos Castro Gonçalves, Gil
Carlos Lourenço Teixeira. -----

----- **Deputados Municipais Eleitos pela Lista “Fazer Mais Pela Nossa Terra”:** -----

----- Fernando José Mourão Gonçalves. -----

----- **Deputados Municipais Eleitos pela Lista “Por Medrões Sempre”:** -----

----- José Paulo Barreira da Mota. -----

----- **Deputados Municipais Eleitos pelo PPD/PSD:** -----

----- Paulo Sérgio de Sousa Prior, Eugénio da Conceição Borges Rocha, Rui Manuel Gouveia
Monteiro, Maria Manuel Aires Nogueira. -----

----- **Deputada Municipal Eleita pelo CDS/PP:** -----

----- Ana Paula Borges Gouveia. -----



AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: José Alberto Moreira Araújo, Rosa Martins Cardoso, Cesário Pinto Canário, Ivete Nogueira Moreiras, Jóni André Borges Madureira, António Júlio da Costa Almeida, Fernando Borges Moreira. -----

AUSÊNCIAS INJUSTIFICADAS: Não houve. -----

PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL: Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara, Sílvia da Fonseca Silva, Urbano Salgueiro Vidal e Daniel Joaquim Andrade Teles, Vereadores e António Augusto Amaral Sequeira, Chefe da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos. -----

SECRETARIOU: Maria da Piedade Ribeiro Moreira, Coordenadora Técnica da Secção de Recursos Humanos, Expediente Geral e Arquivo. -----

HORA DE ABERTURA: 18:00 HORAS. -----

----- **ATA DA REUNÃO ANTERIOR:** Aprovada, por unanimidade, em minuta no final da respetiva reunião.-----

----- **1 – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”:** -----

----- **1.1 -** Apreciação e votação da Ata da sessão anterior. -----

----- **1.2 -** Leitura resumida do expediente e prestação de informações ou esclarecimentos. --

----- **1.3 -** Assuntos de interesse para o Município. -----

----- **2 – PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”:** -----

----- **2.1 -** Apreciar uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara (alínea c), n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro); -----

----- **2.2 –** Deliberar sobre a proposta de Estrutura Orgânica hierarquizada e da Estrutura Nuclear, composta por dois departamentos municipais, bem como definir o número máximo de cinco unidades orgânicas flexíveis de 2.º grau e de sete subunidades orgânicas (alíneas



a), b), c) e d) do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro – Deliberação da Câmara Municipal de 29 de outubro de 2018); -----

----- **2.3** - Deliberar sobre a proposta de atribuição do abono das despesas de representação, aos titulares dos cargos de direção intermédia de 1.º e 2.º grau (n.ºs 1 e 2, artigo 24.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de outubro – Deliberação da Câmara Municipal de 29 de outubro de 2018);

----- **2.4** - Deliberar sobre a proposta de Alteração do Mapa de Pessoal para 2018 (alínea a), n.º 2, artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na atual redação, e alínea o), n.º 1, artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 29 de outubro de 2018); -----

----- **2.5** - Deliberar sobre a proposta de Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), para vigorar no ano económico de 2019 (n.º 5, artigo 112.º do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro e alínea d), n.º 1, artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - Deliberação da Câmara Municipal de 29 de outubro de 2018); -----

----- **2.6** - Deliberar sobre a proposta de Redução da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a aplicar em 2019, para as famílias com dependentes a seu cargo (n.º 1, artigo 112.º-A do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro e alínea d), n.º 1, artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 29 de outubro de 2018); -----

----- **2.7** - Deliberar sobre a proposta de Fixação da Participação Variável no IRS/2019 (artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e alínea c), n.º 1, artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 29 de outubro de 2018);

----- **2.8** - Deliberar sobre os documentos previsionais (Grandes Opções do Plano e Orçamento) para 2019, (alínea a), n.º 1, artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 29 de outubro de 2018); -----



- **2.9** - Deliberar sobre formas de apoio às Freguesias – Aprovar a minuta dos contratos interadministrativos a celebrar no âmbito do “Programa Ocupacional” (alínea j), n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 29 de outubro de 2018); -----
- **2.10** - Deliberar sobre a proposta do Mapa de Pessoal para 2019 (alínea a), n.º 2, artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na atual redação, e alínea o), n.º 1, artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 29 de outubro de 2018); -----
- **2.11** - Deliberar sobre a proposta de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, para efeitos do previsto na alínea c), do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e em reforço do consentimento legal previsto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, nos casos mencionados nas alíneas i), ii) e iii) da alínea d) da proposta da Câmara Municipal (alínea c), n.º 1, artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2013, de 21 de junho – Deliberação da Câmara Municipal de 29 de outubro de 2018); -----
- **2.12** - Tomar conhecimento da decisão da Câmara Municipal de eliminação do contrato do empréstimo, dos projetos constantes do Mapa III da proposta, reduzindo em proporção o valor contratual, passando o seu montante global para 439.000,00€ (alínea f), n.º 1, artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 06 de novembro de 2018); -----
- **2.13** - Deliberar sobre a proposta de retificação do valor a transferir para a Freguesia de Medrões, no âmbito dos Transportes Escolares (alínea k), n.º 1, artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 06 de novembro de 2018); -----



----- **3 – PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”** -----

----- **ABERTURA DA SESSÃO** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu início à Sessão Ordinária do dia 30 de novembro, cumprimentou os Senhores Membros da Assembleia, o Executivo Municipal, e o público presente. -----

----- Seguidamente foi feito o registo das presenças. Foram aceites as justificações das faltas dos Senhores Deputados José Alberto Moreira Araújo, Rosa Martins Cardoso, António Júlio da Costa Almeida, substituído pelo Senhor Deputado Norberto Costa Almeida, Fernando Borges Moreira, substituído pelo Senhor Deputado José Afonso (PS), Ivete Nogueira Moreiras, substituída pelo Senhor Deputado Rui Manuel Gouveia Monteiro e Jóni André Borges Madureira, substituído pela Senhora Deputada Maria Manuel Aires Nogueira (PPD/PSD). -----

----- Após a verificação da existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão. -----

----- **1 – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”** -----

----- **1.1 – Apreciação e votação da Ata da Sessão anterior.** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia solicitou a concordância do Plenário para dispensa da leitura da Ata da Sessão realizada no dia vinte e oito de setembro de dois mil e dezoito, uma vez que a mesma foi distribuída com antecedência a todos os membros, a qual foi concedida. -----

----- Seguidamente, a referida Ata foi colocada à discussão. Solicitou a palavra o Senhor Deputado Paulo Prior, que começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia e restantes elementos da Mesa, os Senhores Deputados Municipais, o Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Vereador do PSD, restante Executivo e funcionários municipais.



Seguidamente, convidou a Senhora Vice-Presidente a tirar o chapéu em sinal de respeito à Assembleia. -----

----- Relativamente à ata, o Senhor Deputado solicitou algumas retificações, nomeadamente na página sete, no penúltimo parágrafo, onde se lê: -----

----- “*Estampar esse mural de homenagem ao agricultor e produtor de vinho à entrada da vila, no sentido Vila Real – Santa Marta de Penaguião, esta é a nossa discordância*”, devendo ser retificado por: -----

----- “*Estampar esse mural, no muro de betão, existente junto à rotunda de homenagem ao agricultor, (...)*” -----

----- O Senhor Deputado continuou a sua observação, relativamente às páginas nove e dez da ata, quando citou partes de um artigo de opinião, no entanto o mesmo foi colocado na íntegra, neste sentido o Senhor Deputado, de forma a facilitar os trabalhos da mesa, cedeu o artigo devidamente sublinhado com as partes que deverão ser transcritas. -----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu a mesma a votação. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Aprovada, por unanimidade, pelos Deputados presentes na reunião a que a Ata diz respeito. Não participaram na votação, ao abrigo do n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, os Senhores Deputados Municipais, António Júlio Alves Fernandes, Norberto Costa Almeida, José Afonso Matos Castro Gonçalves (PS), Rui Manuel Gouveia Monteiro e Maria Manuel Aires Nogueira (PSD), em virtude de não terem estado presentes na Sessão titulada pela Ata objeto de aprovação. -----

----- 1.2 – Leitura resumida do expediente e prestação de informações ou esclarecimentos. --

[Handwritten signature]

----- O Senhor Presidente da Assembleia informou os Senhores Deputados Municipais que toda correspondência recebida foi remetida aos mesmos, por correio eletrónico. -----

----- Não se verificaram quaisquer intervenções. -----

----- **1.3 – Assuntos de interesse para o Município.** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de inscrição para intervenção dos Senhores Membros da Assembleia Municipal: -----

----- 1 – Solicitou a palavra o Senhor Deputado Afonso Gonçalves, que após cumprimentar todos os presentes, demonstrou a sua satisfação, porque pela primeira vez pôde representar a sua Freguesia, e uma vez que foi tantas vezes “*badalado*” nas anteriores sessões da Assembleia, aproveitou o momento para informar que o guia “*Frommer’s*”, uma editora de guias turísticos, elogiou a Estrada Nacional n.º2 como um dos dezanove destinos a visitar em 2019, fruto do trabalho desempenhado pelo Senhor Presidente e de toda a “Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2”, não esquecendo também a colaboração dos “*boy’s*” presentes no edifício. -----

----- Acrescentou também uma informação que ainda não havia sido publicada: na próxima semana, das sete às nove horas da manhã, será mencionada a “Rota da Estrada Nacional n.º 2”, no canal de televisão “ABC”, o canal com maior audiência dos Estados Unidos da América, no programa “*Good Morning America*”, podendo ser acompanhado por todos através das redes sociais. -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Paulo Prior, proferindo as seguintes palavras: -----

----- “*Senhor Deputado estou totalmente à vontade para falar da Nacional 2, já falei aqui várias vezes, e para o intitular como “Boy” do Partido Socialista, e esta reunião vai demonstrar claramente que o Senhor também é um daqueles “boy’s” que quer parasitar à volta do Orçamento Municipal.* -----



— Na última reunião o Grupo Municipal do PSD respondendo ao repto do Senhor Presidente da Câmara, lançado na última reunião Extraordinária, comemorativa do 25 de abril, o PSD falando da Nacional n.º 2, enquadrada no âmbito da dinâmica que se pretende para a Nacional n.º 2, e, fazendo um juízo de prognose positivo que a Nacional n.º 2 tem potencialidade para ser uma rota turística com dimensão nacional, o PSD apresentou aqui uma proposta que irá ser materializada, uma ideia muito concreta, a criação de um museu da Nacional n.º 2 em Santa Marta de Penaguião. E diga-se já em relação a isto Senhor Presidente de Câmara, a criação de um museu da Nacional n.º 2 trata-se de uma ideia originária do PSD, quando o Senhor nunca sonhou, pensou, ou se quer falou, nem nunca escreveu. Por isso quando diz nesta Assembleia que o PSD copiou uma ideia do Partido Socialista, o Senhor mais uma vez, aliás é um comportamento useiro e vezeiro da sua parte, mentiu descaradamente nesta Assembleia, mas hoje o PSD vai apresentar uma outra ideia, aderindo ao seu repto, contudo sobre este assunto o Executivo Socialista já tem uma ideia, já tem uma proposta e até já tem um projeto, e, segundo o Partido Socialista esse projeto tem como objetivo promover a coesão territorial e o aumento da capacidade de atração dos territórios do interior, e pretende gastar aproximadamente duzentos mil euros, com isto obviamente poderá existir financiamento nacional e comunitário, no entanto estou plenamente convicto que isto vai ser reprovado. —

— Os Senhores Deputados sabem a onde o Partido Socialista pretende implementar, um parque de caravanismo? No início da variante do Rodo, no sentido Santa Marta – Régua, num terreno existente no lado esquerdo, e eu, meus amigos, caros Deputados Municipais, há muito que não ouvia uma proposta tão anedótica e ridícula! Porque é o contrário de tudo aquilo que se pretende para um parque de caravanismo e campismo, porque para ser minimamente atrativo tem que reunir determinadas condições. —————



----- O quê que procuram os utilizadores deste tipo de estruturas de campismo e caravanismo? Espaços localizados em zonas de atmosfera não poluída, em terreno limitado de modo a proteger a sua segurança e tranquilidade, bem como ser arborizado, dispor de boas sombras naturais ou artificiais, sobretudo nas zonas destinadas aos campistas. No que diz respeito aos equipamentos de utilização comum, todos os parques deverão estar dotados de receção, café, sala de convívio, instalações sanitárias, espaços destinadas à lavagem e tratamento de loiça e roupa, parque infantil, lojas de conveniência, e, um outro requisito essencial para o sucesso de uma estrutura desta natureza, é ficar junto a uma linha de água. E para nós existe um local de eleição no Concelho, que é nos terrenos envolventes à praia fluvial de Fornelos, olhando para o Senhor Presidente da União de Freguesias de Louredo – Fornelos, como estamos a falar da sua Freguesia, eu gostaria de ouvir a sua posição. Se concorda ou não com a ideia do PSD?” -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Eugénio Rocha, tecendo a seguinte declaração: -

----- “Exmo. Senhor presidente da Mesa da Assembleia Municipal; -----

----- E respetivos membros da Mesa; -----

----- Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal; -----

----- Exma. Senhora Vice-Presidente; -----

----- Senhores Vereadores; -----

----- Senhores Deputados; -----

----- Presidentes das Juntas de Freguesia; -----

----- Senhores Funcionários; -----

----- Minhas Senhoras e meus Senhores. -----



----- A razão desta minha declaração, deve-se ao facto de na Assembleia anterior, não ter sido permitido aborda-la, por causa do tempo que o Senhor Presidente da Mesa assim entendeu. Dai a razão de o fazer agora, entendo que não será extemporâneo. -----

----- O Grupo Municipal do PPD/PSD, entende dar uma palavra de apreço pela celebração da assinatura do protocolo com a Associação Dignidade, referente ao Programa abem: Rede Solidária do Medicamento, realizada no dia 17 de Setembro do corrente ano. -----

----- Sem dúvida, que se trata de um benefício para todos aqueles que mais necessitam do referido apoio, no nosso concelho Santa Marta de Penaguião”. -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Paulo Prior, proferindo as seguintes palavras: -----

----- “Guardei para o fim, porque estava à espera que houvesse mais alguma intervenção da Bancada do Partido Socialista, para dizer o seguinte: -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, nessa tal reunião comemorativa do 25 de Abril, disse, Senhores Deputados pensem em Santa Marta de Penaguião para 20/30. -----

----- Penso eu que ele se dirigiu para toda a Assembleia Municipal, e, decerto todos se lembrarão que houve uma Sessão Ordinária logo passados dois dias, e a grande crítica que o Senhor Presidente da Câmara fez à Bancada do PSD, foi lembrar que tinha lançado um repto à Assembleia, e que não tinha ouvido nenhuma proposta do PSD, dizendo que os Senhores Deputados do PSD estavam totalmente despreocupados com o futuro de Santa Marta de Penaguião. -----

----- O PSD como é óbvio, só quem partilha de desonestidade política é que poderia pensar que o PSD logo na Sessão seguinte apresentava uma proposta, obviamente que não o fez! Mas apresentou em Setembro, a criação do museu da Nacional 2 em Santa Marta, e hoje apresentou aqui mais uma ideia. -----

----- Mas esse repto foi apenas para a Bancada do PSD? Olhe que não, mas deduzo que sim, porque eu da Bancada do Partido Socialista, até agora ouvi “bola”, como diz o Jorge Jesus! -

----- E daqui posso retirar duas conclusões muito concretas, uma desde logo é que o Senhor Presidente da Câmara em relação ao Grupo Municipal do Partido Socialista, não acredita, nem confia, e posso retirar uma outra conclusão Senhores Deputados! O vosso silêncio demonstra claramente que os Senhores não estão minimamente preocupados com o futuro do Concelho, o que é lamentável, porque há muitos Deputados Municipais com capacidades na Bancada do Partido Socialista, e a vossa participação em muito enriquecia o debate político, foi para isso que os Senhores foram eleitos! Os Senhores não foram eleitos apenas para marcar presença nestes bancos, os Senhores não foram eleitos apenas para ganharem as senhas de presenças, os Senhores foram eleitos para participarem na Assembleia Municipal, para participarem no debate político, foi isso que pretenderam quem votou nos Senhores, por isso o vosso silêncio, a vossa total falta de preocupação demonstra claramente que os Senhores são uma autêntica fraude eleitoral.” -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado José Emílio, que após cumprimentar todos os presentes, respondeu ao Senhor Deputado Paulo Prior, afirmando que a bancada do Partido Socialista está totalmente em sintonia com o Executivo, garantindo que as ideias apresentadas pelo Executivo são as ideias do Grupo Municipal do Partido Socialista. -----

----- No que toca à Nacional 2, as preocupações do Senhor Deputado são exatamente as mesmas preocupações do Partido Socialista, no entanto a Bancada do Partido Socialista defende as suas ideias, não tendo que ser coincidentes. -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Gil Teixeira, iniciou a sua intervenção por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia, restantes membros da Mesa, o Senhor



Presidente da Câmara e os demais elementos do Executivo, os Senhores Deputados Municipais e público presente. -----

----- O Senhor Deputado Gil Teixeira, relativamente ao assunto do parque de caravanismo e campismo, remeteu a resposta para o Senhor Presidente da Câmara, afirmando ser a pessoa mais apropriada para responder a esse assunto. -----

----- Quanto ao local que o Senhor Deputado Paulo Prior propõem, não vê qualquer inconveniente, pois também considera um bom local, contudo o investimento na zona envolvente à praia fluvial de Fornelos e do forno romano já está previsto, sendo mais apropriado um parque de estacionamento, devido ao pouco espaço que as pessoas têm para estacionar, transmitindo que ainda este ano várias pessoas foram lá multadas, acrescentou ainda a possibilidade de um campo com areia, ou sintético, para a prática de desporto, não excluindo a hipótese do parque de caravanismo apesar das reservas que tem, no entanto respeita a opinião do Senhor Deputado. -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Paulo Prior, proferindo as seguintes palavras: -----

----- *“Senhor Presidente da União de Freguesias de Louredo - Fornelos, suponho que o senhor não leu os documentos que lhe são entregues, o Senhor ao vir para aqui dizer isso, demonstra claramente que o Senhor não leu minimamente os documentos que lhe foram entregues para esta Assembleia, porque se tivesse lido, via lá uma rubrica que diz assim, “financiamento da praia fluvial para Fornelos no ano de 2019”, sabe quanto é, sabe qual é o financiamento definido para 2019 em relação à praia de Fornelos? Não sabe porque não leu, nem perguntou, porque se tivesse lido e perguntado saberia que é a ridícula quantia de 7.250,00€ e 500,00€ para o forno.* -----

----- *Olhe para os Caminhos de Santiago, sabe quanto é que é? 80.000,00€!”* -----



----- Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que iniciou a sua intervenção por cumprimentar e dar as boas vindas ao Senhor Deputado António Júlio, e felicita-lo pelas funções de Presidente da Mesa da Assembleia, ainda que interinamente, estendeu os seus cumprimentos aos Senhores membros da Assembleia, colegas do Executivo e público em geral. -----

----- Começou por salientar a decoração do Salão Nobre dos Paços do Município, informando que naquele espaço foi realizado a reunião da CIM Douro, tendo recebido vários elogios, nomeadamente pelo Senhor Presidente da CIM Douro, que disse ser melhor realizar todas as reuniões da CIM Douro em Santa Marta de Penaguião. -----

----- O Senhor Presidente partilhou também um estudo realizado pela *Fundação Francisco Manuel dos Santos*, relativamente à qualidade da arborização local, Santa Marta ocupa o 7.º lugar, lamentando que ninguém do PSD tenha valorizado este feito. No que concerne à criação de um museu para a nacional 2, o Senhor Presidente diz que o museu é a própria Nacional 2 com 739,260 KM, não sendo possível agregar num museu todas as ofertas, gastronómicas e turísticas, disponíveis ao longo da Nacional 2, salientando a importância da abertura ao mundo deste projeto, pois só assim foi possível chegar aos Estados Unidos da América. -----

----- Relativamente ao parque de caravanismos, o Senhor Presidente não compreende as razões do Senhor Deputado Paulo Prior, uma vez que o Senhor Vereador do PSD numa reunião de Câmara Extraordinária votou favoravelmente, onde apenas apresentou uma Declaração de Voto, sem colocar nenhuma questão, e aprovada por unanimidade. -----

----- Quanto à denominação de parque de caravanismo, informa que era a única denominação admissível, realçando a importância de perceber que na época de verão é costume haver autocaravanas junto ao estádio municipal para que as pessoas possam utilizar as casas de



banho do estádio, contudo não têm condições apropriadas para o efeito. Neste sentido, a localização escolhida teve em conta vários fatores, tais como as ofertas existentes quer na Régua como em Vila Real, dotando o espaço de 7 a 8 lugares de estacionamento, com acesso à rede elétrica, à rede de água e saneamento. -----

----- No que toca à praia de Fornelos, o Senhor Presidente questionou se o PSD sabia quanto os herdeiros do senhor Marco Aurélio queriam pela vinha, e quais as condições pedidas para a vender, e de quem seriam os soutos que estão na margem direita, contudo esclarece que o PS apenas queria comprar uma faixa de terreno, mas os herdeiros do senhor Marco Aurélio só estariam dispostos a vender a quinta toda. -----

----- Quanto ao “Portugal 20/30”, o Senhor Presidente clarifica que falar de 20/30 é saber o que se pretende para o futuro de Santa Marta de Penaguião, adiantando que um dos eixos do “Portugal 20/30” passa pelo tema da “migração”, pois o grande problema do país e da Europa é a diminuição demográfica, por este facto é necessário entender se estamos preparados para ter uma comunidade de 1000 ou 2000 pessoas que não sejam Penaguienses, mas que possam ter direito a voto e que possam gerir os destinos do nosso Concelho, à semelhança do que já acontece em alguns países que são geridos por portugueses, porque para liderar na região é necessário gente, no entanto afirmou que é preciso decidir que tipo de gente, com que tipo de formação e, ou, se queremos essa gente.-

----- Mencionou ainda a questão da linha do Douro e o convite do Senhor Secretário de Estado Guilherme d’Oliveira Martins, endereçado aos Municípios de Mesão Frio, Peso da Régua e Santa Marta de Penaguião, para discutir a opção de trabalhar de noite e repor a plataforma de dia ou encerrar durante três meses e realizar o trabalho de forma contínua, no entanto, o Senhor Presidente afirma que nada foi discutido quanto à supressão da frequência dos comboios entre Marco de Canaveses – Peso da Régua e Peso da Régua – Pocinho. Nesse



sentido, foi enviado um e-mail ao Senhor Secretário de Estado, e, posteriormente, realizada uma reunião em São Bento, no Porto, onde estiveram presentes Santa Marta de Penaguião, Peso da Régua, Mesão Frio, São João da Pesqueira, Baião, Alijó, Sabrosa e Vila Nova de Foz-Côa, onde houve a oportunidade de discutir com o Senhor Ministro das Infraestruturas a questão da ligação a Espanha, ou seja, a ligação do Douro - Espanha como projeto para 20/30, destacando ser este o caminho, estruturando o Concelho para ser competitivo e poder discutir com outros municípios vizinhos, pois neste momento nenhum outro município está com este desafio, acrescentou ainda que este projeto se enquadra nas políticas de descentralização, sendo necessário que Santa Marta perceba o que pretende, se manter o que está, ou assumir outras responsabilidades, nomeadamente na educação e na saúde com a passagem dos professores e dos médicos para as autarquias. -----

----- Concluiu a sua intervenção dizendo ser extemporâneo apresentar "propostas avulsas", clarificando que o documento deve apresentar "eixos" e ser estruturado para que possa acolher as sugestões e discussões, e evitar discutir Freguesia a Freguesia, sendo necessário recorrer a conhecimento externo. -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado José Emílio, que questionou o Senhor Deputado Paulo Prior, se considerava o investimento no Caminho de Santiago secundário? -----

----- O Senhor Deputado Paulo Prior respondeu totalmente, em relação à praia de Fornelos!

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrado o período de "Antes da Ordem do Dia", passando ao período seguinte. -----

----- **2 – PERÍODO DA "ORDEM DO DIA":** -----

----- **2.1 – Informação do Presidente da Câmara (alínea c), n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro).** -----

ADP
PJ
paleto

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período de debate e discussão, solicitando a palavra o Senhor Deputado Paulo Prior para proferir as seguintes palavras: -----

----- *“Senhor Presidente da Câmara antes de chegar aqui, serei “telegráfico”, em relação aquilo que quis transmitir a esta Assembleia, que é alguma dissonância, desconexão entre a Bancada do PSD e o nosso Vereador.* -----

----- *O nosso Vereador relativamente ao Parque de Campismo apresentou uma Declaração de Voto que disse basicamente, que votava a favor apenas porque entendia aquilo como uma reorganização do espaço, mas não era esse o projeto! Mas também lhe digo mais, ou seja, nós aqui a consonância é total e há lealdade, e, quando não concordamos com o nosso Vereador, nós temos essa lealdade para com ele, porque a lealdade não é o “seguidismo” que se passa na Bancada do Partido Socialista!* -----

----- *Quanto à informação do Senhor Presidente da Câmara, queria aqui algumas informações, alguns esclarecimentos, desde já, quanto às faturas a liquidar a fornecedores.* -----

----- *Senhor Presidente, há aqui uma fatura à “ACA – Alberto Couto Alves S.A.”, uma empresa de Vila Nova de Famalicão, no valor de 28.150,18€, a seguir, a fatura “Angulo Recto Construções, Ld.ª”, de Vila Nova de Famalicão, no valor de 55.547,37€, o esclarecimento que pretendo é, dizem respeito a que obras, e, se há ou não no Município empreiteiros com capacidade para fazerem estas obras, se tem a absoluta necessidade de recorrer a empresas de Famalicão? Depois há aqui uma também, a “Deslumbrignition – Unipessoal Ld.ª”, uma empresa com atividade de artes e espetáculos de Lalim, Lamego, no valor de 20.049,00€, também qual é a razão desta fatura? “Cecília Teixeira Veteriano Rocha”, que todos nós conhecemos, é o restaurante “Santa Marta”, 9.877,79€, a que se deve estas faturas, quais foram os serviços prestados? Outra aqui, “Hernâni & Santos, Ld.ª”, uma empresa de Vila*



Real, cujo objeto é instalações de climatizações no valor de 1.860,13€, também gostava de saber se não há empresas no Concelho com capacidade para execução deste trabalho? “Isidoro Correia da Silva, Ld.ª”, uma empresa de Miranda do Corvo, Construção de estradas e pistas de aeroportos, um valor em dívida de 4.532,80€, qual foi o serviço que foi prestado, e saber também se não há no Concelho empresas com capacidade para realizar este serviço? “PMSG – Sociedade Unipessoal Lda.ª”, de Vila Real, comércio por grosso e retalho, uma fatura de 8.954,88€, qual o serviço prestado? “Tracur – Comércio e Manutenção Unipessoal, Ld.ª”, também de Vila Real, comércio e retalho de manutenção de automóveis, no valor de 3.255,84€, queria que me prestasse todos estes esclarecimentos, relativamente a estas faturas, e mais o seguinte, como é do conhecimento público, os CTT’s, pretendem encerrar postos nas próprias sedes dos Concelhos, ou seja, gostava de saber, se tem alguma informação privilegiada, que possa descansar os penaguienses, que os CTT’s não encerrará o posto dos correios em Santa Marta de Penaguião! -----

----- Também gostava de ouvir a sua opinião em relação à descentralização, o nosso Vereador já escreveu um artigo, um pensamento estruturado sobre esta matéria que está na “ordem dos dias”, em que o título é: “Uma oportunidade ou uma armadilha”, ou seja, qual é o seu pensamento em relação à descentralização, porque não me venham a mim dizer que a descentralização contribuirá para estancar a desertificação do interior, nada mais, nada menos, e, não estou a dizer que foi o Senhor Presidente que o disse, apenas estou-lhe a dar a minha opinião, mas como é óbvio no fundo para mim isto será o poder central a quere despachar para as autarquias e a gastar menos do que gasta, com o argumento que o poder local faz mais e mais barato, e depois entroncando com esta questão, gostava de saber qual é o seu pensamento político, porque o problema da desertificação do interior é nada mais



nada menos que um problema político, ou seja, enquanto não houver políticas radicais para se estancar a desertificação do interior, pode vir a descentralização que isso não acontecerá.

----- Eu costumo muito dar a ideia, ou seja, se houvesse um governo que tivesse a coragem de implementar o Ministério da Agricultura na Régua, aí estava um sinal dado pelo poder central, e isso sim esbatia a própria desertificação que se vive no interior, e, se é um problema político, é isso que também quero ouvir, em relação à sua pessoa, o quê que pensa, se é um problema político, se fará ou não sentido começar a discutir isto, já foi discutido há uns 20 anos, mas já que muita gente começa novamente a voltar a essa questão, a implementação do “poder intermédio”, constitucionalmente já consagrado, que é a regionalização! Será a regionalização esse reforço político que permitirá estancar a desertificação do interior, poderá contribuir? Gostava de ouvir também a sua opinião sobre este assunto. -----

----- Senhor Presidente da Câmara peço-lhe encarecidamente, que à entrada da Vila, no sentido Régua – Santa Marta de Penaguião, já falta quase há um ano, duas letras, o “P” de Penaguião, e o “S” de Santa, eu bem sei que não há “P” “S” em Santa Marta, mas ao menos ponha lá as duas letras, o “P” e o “S”, também não será assim grande o investimento! -----

----- Finalmente Senhor Presidente da Câmara, gostava também de saber a sua opinião em relação a este assunto que tomei conhecimento numa publicação do seu amigo “Frei Mansilha”, referente à empresa “Ruralnauta”, ou seja, numa Ata de 21 de novembro o Senhor recebeu um e-mail de um senhor Paulo Costa, que gostava de saber quem é, e, quem é esta empresa, que era um projeto fabuloso, que ia ser apresentado para dinamização do interior, onde se diz: -----

----- “É para nós uma enorme honra poder contar com o Município de Santa Marta de Penaguião, com o Município fundador deste distinto projeto que será apresentado ao mundo em janeiro de 2018!” -----



---- E o Senhor Presidente, ou seja, o Executivo do Partido Socialista, deu 5.000,00€ para isto! -----

---- Quero saber quem é este senhor Paulo Costa, e esta empresa, que foi criada em janeiro de 2017, em janeiro de 2018 ia ser apresentada ao mundo, e em maio de 2018, dissolveu-se e liquidou-se. -----

---- Por isso, eu gostava de saber qual foi a razão da atribuição deste subsídio, ou comparticipação, de 5.000,00€, a uma empresa criada e que em pouco mais teve do que um ano de inexistência! -----

---- Não será isto uma total falta de rigor na gestão dos dinheiros públicos?" -----

---- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Eugénio Rocha, para colocar uma questão ao Senhor Presidente da Câmara, a qual se transcreve. -----

---- "Exmo. Senhor -----

---- Presidente da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião -----

---- Sendo do Conhecimento público que, as aulas das AEC – Actividades de Enriquecimento Curricular, nos espaços escolares do Agrupamento de Escolas e em horário extracurricular, que são por definição atividades pedagogicamente ricas e complementares às atividades curriculares aliadas à aquisição das competências básicas que incidem nos domínios desportivo, artístico, científico, técnico e das tecnologias da informação e comunicação, de ligação da escola com o meio e de educação para a cidadania, -----

---- Estão suspensas, -----

---- Assim vimos solicitar a V.Exa. o porquê, da dita suspensão, atendendo ao desconforto existente e já manifestado pelos principais interessados." -----

---- Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, que questionou o Senhor Deputado Paulo Prior se havia confirmado o pagamento à "Ruralnauta", e esclareceu que o pagamento



nunca foi efetuado, no entanto havia um entendimento, um projeto com a “*Ruralnauta*”, mas sobre um suposto Paulo Costa disse não conhecer. -----

----- No que diz respeito às empresas descritas no quadro, “*FATURAÇÃO A LIQUIDAR POR FORNECEDOR – ANO DE 2018*”, o Senhor Presidente lamenta o total desconhecimento do Concelho pelo Senhor Deputado Paulo Prior, e, informou que a família Isidoro Correia tem uma central de betuminoso, ou seja de alcatrão, em que o Município compra essa massa betuminosa, mais informou que o mapa já está desatualizado, porque o montante descrito já se encontra liquidado, podendo inclusive o Senhor Vereador obter essa informação através de um requerimento dirigido à Câmara, onde constam as datas todas. No entanto o Senhor Presidente convidou o Grupo Municipal do PSD a responder onde se encontra instalada a central de betuminoso no Concelho. -----

----- No que concerne às empresas “*Angulo Recto*” e “*ACA*”, o Senhor Presidente referiu a falta de capacidade para fazer o muro de Soutelo pelos empreiteiros existentes no Concelho, e lembra que a Casa Mortuária da Cumieira, demorou cerca de dois meses, porque queriam atribuir a obra a um empreiteiro da terra, não sendo possível devido ao valor apresentado em orçamento. Sobre a empresa “*PMSG*”, informa ser do Senhor Pedro Granja, que fornece os materiais de limpeza e as fraudas em concurso. Quanto à “*Dona Cecília*” explicou que não apresentou as faturas dos eventos em devido tempo, nomeadamente da Caminhada, da Rampa e da Semana Cultural, juntando tudo. Quanto à empresa “*Deslumbrignition*”, informou que já foram pagos 50% do valor da faturação, referente à Semana Cultural e da Lenda. De Vila Real a empresa de climatização que realizou o trabalho nas caldeiras das piscinas municipais, por fim a empresa “*Tracur*”, empresa de “*Alfredo & Filhos Ld.ª*”, que está registada em Vila Real. -----



----- Relativamente aos CTT, transmitiu que foi aprovado na CIM Douro interpor uma providência cautelar no Tribunal de Mirandela, a CIM Douro Lafões no TAF – Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, a qual já foi aceite, no entanto será muito difícil porque os CTT são privados, acrescentou ainda que Tabuaço fez uma manifestação e vai ter de assumir, Penedono já assumiu, Mesão Frio já assumiu, Carrazedo já assumiu, mas sobre os serviços em Santa Marta de Penaguião ainda não há nenhum contacto, mas alerta para essa inevitabilidade porque a “filosofia” da empresa privada CTT será só ter estações onde estiverem os bancos CTT, e que em breve serão iniciadas as negociações, aguardando que seja marcada a reunião para estudar a possibilidade de transferirem o serviço para Santa Marta de Penaguião, assegurando eventualmente a estação, lembra ainda que o contrato de concessão apenas tem previsto que todas as sedes dos Concelhos apenas tinham de ter os serviços, não dizendo que teria de ser em espaço próprio, como por exemplo em Penedono que está num café, mas em Mesão Frio o Município optou pelo espaço dos CTT, pagar ao funcionário e assegurar a manutenção. -----

----- Relativamente às letras em São Miguel, o Senhor Presidente concordou com o Senhor Deputado, pois já havia sido colocado uma vez e saíram, até mesmo no Centro Escolar já faltam algumas letras, mas o facto de terem sido as letras “P” e “S”, foi uma coincidência! -----

----- Quanto à descentralização o Senhor Presidente aceitará todas as competências que possam advir dessa situação, desde que se encaixem e tenham o enquadramento financeiro correspondente às competências, como na educação, relativamente aos auxiliares e que muito possivelmente irá acontecer na saúde, pois atualmente existem 43 funcionários na escola, mas sem essa competência afirma que apenas poderiam ter menos de metade, apesar disso a Senhora Diretora diz ser insuficiente, pois em caso de greve não era possível ter gente para tomar conta dos alunos, no entanto aceita que o modelo poderá necessitar de



alguns ajustes, mas independentemente disso a descentralização é o caminho para chegar à regionalização, no entanto o Senhor Presidente tem duvidas que esta questão avance tão rapidamente como seria de desejar, primeiro porque considera ser um processo geracional, depois será necessário decidir se queremos uma Região Norte com Porto e Área Metropolitana, ou não, pois mais de 75 dos 86 autarcas do norte, querem a Área Metropolitana de fora, todavia o Senhor Presidente afirma que não faz sentido dividir a Área Metropolitana do Porto e restantes Municípios, porque caso aconteça poderão ser cobradas, taxas no porto de Leixões e no Aeroporto às restantes regiões, além disso referiu a importância de usufruir da dinâmica económica da Área Metropolitana, de ter ensino superior de qualidade através da Universidade do Porto e de um polo turístico como o Porto, todavia considera prematuro falar da regionalização pois antecipar essa discussão poderá acabar com a descentralização, no que diz respeito ao conceito de “centralização e interior”, o Senhor Presidente lembra que o “interior” se define pela distância de 300 km ao litoral, não fazendo sentido afirmar que estamos no interior porque a maior distância existente do mar à linha de fronteira são de 227 km. Quanto ao combate à desertificação, o senhor Presidente afirma apenas ser possível através de políticas de equilíbrio entre todas as regiões. -----

---- Quanto à intervenção do Senhor Deputado Eugénio Rocha, relativamente ao pedido de esclarecimento pela suspensão das Atividades de Enriquecimento Curricular – AEC, o Senhor Presidente da Câmara explica que atualmente as AEC's são assumidas pela Câmara, no entanto a DGEST – (Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares), nas pré-públicas não autoriza, disponibilizando-se para formalizar essa informação por escrito, incluindo a comunicação da DGEST. -----

---- O Senhor Presidente da Câmara informou ainda a Assembleia Municipal da resolução do processo de expropriação dos terrenos da Dr.ª Fátima e seu irmão José Augusto na Zona



Oficina, situação em que a Câmara Municipal foi notificada a pagar cerca de 51.058,00€, transmitiu ainda que a Junta de Freguesia de Fontes foi também notificada, relativamente a montante penhorado e custas do processo, valores que serão assumidos pela Câmara Municipal. -----

----- **Deliberação: Tomado Conhecimento.**-----

----- **2.2** – Deliberar sobre a proposta de Estrutura Orgânica hierarquizada e da Estrutura Nuclear, composta por dois departamentos municipais, bem como definir o número máximo de cinco unidades orgânicas flexíveis de 2.º grau e de sete subunidades orgânicas (alíneas a), b), c) e d) do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro. -----

----- Presente a proposta da Câmara Municipal de Reorganização da Estrutura Orgânica do Município de Santa Marta de Penaguião, com o seguinte teor: -----

----- *“Em cumprimento do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro que estabelece o regime jurídico da organização dos serviços municipais, foi aprovada pela Assembleia Municipal, na sua sessão ordinária do dia 14 de dezembro de 2012, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião realizada em 23 de Novembro do mesmo ano, o modelo de estrutura dos serviços municipais e respetivo número máximo de unidades orgânicas flexíveis e subunidades orgânicas.* -----

----- *De acordo com o artigo 4.º daquele diploma, a estrutura interna da administração autárquica consiste na disposição das unidades e subunidades orgânicas dos respetivos serviços, sendo lideradas por pessoal dirigente e por pessoal com funções de coordenação, respetivamente.* -----

----- *O modelo de estrutura organizacional então aprovado foi aquele que assenta numa estrutura hierarquizada, constituída por duas unidades orgânicas flexíveis, as quais são dirigidas por um dirigente intermédio de 2.º grau (chefe de divisão), cuja criação, alteração ou*

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

extinção e definição das respetivas atribuições e competências cabe à Câmara Municipal, dentro dos limites fixados pela Assembleia Municipal e seis subunidades orgânicas (Secções) lideradas por coordenadores técnicos, criadas por despacho do Presidente da Câmara, também dentro dos limites fixados pelo órgão deliberativo municipal, a saber: -----

---- a) Unidades orgânicas flexíveis: -----

---- Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos; -----

---- Divisão de Coordenação Técnica, de Planeamento e Gestão Urbana; -----

---- Unidade orgânica flexível de 3.º grau de Educação, Cultura, Desporto, Ação Social e Turismo; -----

---- b) Subunidades orgânicas: -----

---- Secção de Recursos Humanos, Expediente Geral e Arquivo -----

---- Secção de Contabilidade -----

---- Secção de Contratação Pública, Património e Atendimento -----

---- Secção de Tesouraria -----

---- Secção de Apoio Administrativo da Divisão de Coordenação Técnica, de Planeamento e Gestão Urbana; -----

---- Secção de Apoio Administrativo à Unidade orgânica flexível de 3.º grau da Educação, Cultura, Desporto, Ação Social e Turismo. -----

---- O atual modelo da estrutura organizacional, as unidades orgânicas flexíveis e as subunidades orgânicas, da organização interna dos serviços municipais deste Município, bem como o respetivo regulamento foram publicados na 2.ª série do Diário da República n.º 250, de 27 de Dezembro de 2012. -----

---- As Leis n.ºs 42/2016, de 28 de Dezembro e 114/2017, de 29 de Dezembro, diplomas que aprovaram o Orçamento do Estado para 2017 e para 2018, respetivamente, introduziram,



através dos seus artigos 255.º e 298.º, alterações à Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, diploma que adapta o Estatuto do Pessoal Dirigente à Administração Local. -----

----- Entre as alterações introduzidas ao regime previsto na Lei n.º 49/2012, destacamos, desde logo, a revogação dos seus artigos 8.º, 9.º e 25.º e a nova redação do artigo 7.º pela Lei n.º 114/2017, de Dezembro. -----

----- De acordo com o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro a estrutura interna da administração autárquica consiste na disposição e organização das unidades e subunidades orgânicas dos respetivos serviços, prevendo, de acordo com o seu artigo 9.º, dois modelos de estrutura organizacional, ou seja, a estrutura hierarquizada e a estrutura matricial, podendo, ainda, de acordo com o n.º 2 do mesmo artigo, existir um modelo misto resultante da conjugação daqueles modelos. -----

----- O artigo 10.º, n.º 1, do referido Decreto-Lei, determina que a estrutura hierarquizada é constituída por unidades orgânicas nucleares e flexíveis, sendo que de acordo com os n.ºs 2 e 3 do mesmo artigo, a estrutura nuclear é composta por direções ou por departamentos municipais, correspondendo sempre a uma departamentalização fixa e a estrutura flexível é composta por unidades orgânicas flexíveis, dirigidas por um chefe de divisão municipal, sendo criadas, alteradas e extintas por deliberação da Câmara Municipal, a qual define as suas competências, respetivamente. -----

----- Quando estejam predominantemente em causa funções de natureza executiva dentro da estrutura hierarquizada, podem ser criadas, nos termos do n.º 5 do mesmo artigo 10.º, no âmbito das unidades orgânicas, por despacho do Presidente da Câmara e dentro dos limites fixados pela Assembleia Municipal, subunidades orgânicas coordenadas por um coordenador técnico. -----



----- No âmbito do processo de organização dos serviços municipais, os artigos 6.º, 7.º e 8.º do mencionado Decreto-Lei, determinam uma divisão de competências entre a Assembleia Municipal, a Câmara Municipal e o Presidente da Câmara. -----

----- À Assembleia Municipal, nos termos do artigo 6.º do supra citado Decreto-Lei, compete aprovar o modelo de estrutura orgânica e a estrutura nuclear, definindo as correspondentes unidades orgânicas nucleares, bem como definir o número máximo de unidades orgânicas flexíveis, de subunidades orgânicas. -----

----- De acordo com o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, a organização, a estrutura e o funcionamento dos serviços da administração autárquica devem orientar-se pelos princípios da unidade da eficácia da ação, da aproximação dos serviços aos cidadãos, da desburocratização, da racionalização de meios e da eficiência na afetação de recursos públicos, da melhoria quantitativa e qualitativa do serviço prestado e da garantia de participação dos cidadãos, bem como pelos demais princípios constitucionais aplicáveis à atividade administrativa e acolhidos no Código do Procedimento Administrativo. -----

----- Deste modo, pretende-se, com a presente proposta, proceder a alguns ajustamentos na estrutura organizacional dos serviços municipais, de modo a poder conferir maior eficiência e eficácia no sentido de que os mesmos possam dar às necessidades e exigências dos cidadãos, decorrentes dos desafios e realidades existentes, bem como dispor de uma lógica de racionalização dos serviços e de estabelecimento de metodologias de trabalho transversal, tendo em conta as atribuições e competências que estão conferidas aos municípios. -----

----- Nestes termos, entendemos que a organização interna dos serviços municipais deverá manter o modelo de estrutura hierarquizada, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei 305/2009, de 23 de Outubro, constituída por: -----



---- a) Duas unidades orgânicas nucleares: Departamento Administrativo e Financeiro (DAF) e Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente (DUOMA) -----

---- b) Unidades orgânicas flexíveis; -----

---- c) Subunidades orgânicas. -----

---- Por força do disposto nas alíneas c) e d) do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, definir o número máximo de unidades orgânicas flexíveis, bem como o número máximo de subunidades orgânicas. -----

Assim sendo, com vista ao correto desenvolvimento do processo de reformulação dos serviços municipais, propõe-se que, no âmbito dos Departamentos, possam ser criadas, até ao número máximo de cinco, unidades orgânicas flexíveis, bem como sete subunidades orgânicas de apoio administrativo, coordenadas por coordenadores técnicos. -----

---- O Departamento Administrativo e Financeiro (DAF) assumirá as seguintes competências genéricas: -----

---- a) Garantir a prestação de todos os serviços de suporte que assegurem o regular funcionamento do Município; -----

---- b) Dirigir, planificar, desenvolver e avaliar, de forma integrada as atividades que se enquadrem os domínios da gestão económica, financeira e patrimonial, e da administração geral e de acordo com os recursos existentes; -----

---- c) Coordenar, em subordinação às orientações eletivas, a elaboração das Grandes Opções do Plano e do Orçamento, bem como a sua execução, propondo medidas de reajustamento quanto tal se mostrar necessário; -----

---- d) Proceder à avaliação das ações planeadas, coordenando a elaboração do Relatório de Gestão e demais documentos de prestação de contas; -----



- e) Desenvolver os procedimentos da contratação pública e monitorizar a execução dos contratos; -----
- f) Programar, coordenar e acompanhar a gestão dos recursos humanos da Autarquia; ---
- g) Sistematizar a divulgação de informação, sobre difusão de dados sobre o funcionamento dos Serviços Municipais, a atividade dos Órgãos, as perspetivas de desenvolvimento e demais informação sobre a atividade Municipal; -----
- h) Coordenar o exercício das competências cometidas por lei ao Município relativas ao recenseamento eleitoral e aos atos eleitorais referendários; -----
- i) Assegurar à Assembleia Municipal e à Câmara Municipal o secretariado e apoio técnico administrativo que lhe seja solicitado; -----
- j) Prestar apoio jurídico aos Órgãos e Serviços Municipais; -----
- k) Dirigir, planificar, desenvolver e avaliar, de forma integrada, o atendimento público municipal. -----
- O Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente (DUOMA) assumirá as seguintes competências genéricas: -----
- a) Promover o desenvolvimento das atividades de planeamento e gestão urbanística; ---
- b) Praticar os atos que permitam aos Órgãos Municipais exercer as suas competências em matéria de planeamento, urbanização e edificação; -----
- c) Propor a elaboração e assegurar a gestão dos planos de ordenamento municipais; ---
- d) Desenvolver estudos, planos e projetos na área de urbanismo de âmbito municipal; --
- e) Realizar tarefas de conceção e execução de projetos de índole municipal, de construção, reconstrução, ampliação, remodelação ou reabilitação equipamentos e infraestruturas municipais; -----



- f) Promover a construção, conservação e reabilitação das edificações e infraestruturas municipais; -----
 - g) Colaborar na elaboração dos diferentes instrumentos de planeamento, programação, regulamentação, orçamentação e de gestão da atividade Municipal; -----
 - h) Operacionalizar a gestão de equipamentos e infraestruturas municipais. -----
 - i) Executar as atribuições do Município relativas à construção, gestão, conservação e reabilitação de infraestruturas públicas, espaços exteriores, equipamento social e edifícios pertencentes ou a cargo da Autarquia; -----
 - j) Promover e coordenar todas as empreitadas municipais; -----
 - k) Elaborar e acompanhar os processos de execução de edifícios, espaços exteriores, vias de comunicação e outros equipamentos municipais realizados por conta do Município, quer se trate de iniciativa pública ou de efetivação de obras para as quais a lei permita imputar encargos a terceiros e que devem realizar-se por empreitada; -----
 - l) Coordenar e executar as atividades municipais de promoção ambiental; -----
 - m) Conceber e executar medidas de mobilidade, segurança e prevenção rodoviárias; -----
 - n) Estudar, executar e avaliar os programas e medidas de política ambiental, de acordo com as orientações dos Órgãos Municipais; -----
 - o) Promover ações de educação e sensibilização ambiental em parceria e junto dos munícipes, das instituições locais e dos organismos oficiais; -----
 - p) Estudar, planear, acompanhar e gerir linhas de água e rede hidrográfica em colaboração com as entidades oficiais competentes; -----
- Para além das unidades funcionais referidas, entendemos que deverão ser mantidos os serviços de assessoria e apoio aos órgãos municipais, designadamente os Gabinetes de Apoio ao Presidente, aos Vereadores e à Assembleia Municipal, os Gabinetes de Proteção



Civil, de Apoio às Juntas de Freguesia, do Conselho Municipal de Educação, e de Comunicação e Relações Públicas que, pese embora não lhes seja atribuído o mesmo “estatuto” funcional, têm um papel importante e fundamental na tomada das decisões dos respetivos órgãos municipais. -----

----- Finalmente, considerando como acima referido, que compete à Câmara Municipal a criação, alteração ou extinção e definição das atribuições e competências das unidades flexíveis, dentro dos limites fixados pela Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea a) do artigo 7.º e n.º 3 do artigo 10.º, ambos do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, importa desde já, por questões de eficácia e de eficiência e de compatibilização com o mapa de pessoal e com os documentos previsionais para o próximo ano, que o Executivo delibere no sentido de aprovar a alteração da estrutura orgânica e as respetivas competências. Esta alteração, ficará, no entanto, condicionada à aprovação pela Assembleia Municipal da moldura organizacional, do número máximo de unidades orgânicas flexíveis e do número máximo de subunidades orgânicas, nos termos acima já mencionados; -----

----- Finalmente, o estatuto do pessoal dirigente da administração local, estabelece no seu artigo 24.º que aos titulares de cargos de direção superior de 1.º grau e de direção intermédia de 1.º e 2.º graus podem ser abonadas despesas de representação no montante fixado para o pessoal dirigente da administração central, cuja atribuição cabe à assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal. -----

----- Assim, face ao exposto, nos termos do disposto na Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto e Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, submete-se à apreciação do Executivo Municipal, no sentido de que este delibere: -----

----- a) Aprovar a presente proposta de estrutura orgânica, correspondendo ao modelo de estrutura hierarquizada, ao abrigo do disposto na alínea a), do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-



Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, submetendo-a à apreciação da Assembleia Municipal nos termos do disposto na alínea a) do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro;

---- b) Aprovar a estrutura nuclear antes referida, composta por dois departamentos municipais, concretamente, o Departamento Administrativo e Financeiro (DAF) e o Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente (DUOMA); -----

---- c) Propor à Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea c) do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, o número máximo de cinco unidades orgânicas flexíveis de 2.º grau, que poderão ser criadas, nos termos da alínea a) do artigo 7.º do mesmo Decreto-Lei; -----

---- d) Propor à Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea d) do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, o número máximo de sete subunidades orgânicas, que poderão ser criadas nos termos do artigo 8.º do mesmo diploma; -----

---- e) Propor à Assembleia Municipal, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 24.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto, a atribuição do abono das despesas de representação, aos titulares de cargos de direção intermédia de 1.º e 2.º grau; -----

---- f) Caso a presente proposta venha a ser aprovada nos termos antes referidos, e por força do disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, deverá a mesma ser submetida à apreciação e votação da Assembleia Municipal; -----

---- g) Por último, caso a presente proposta venha a merecer aprovação pelos órgãos municipais competentes, apenas deverá ser promovida a publicação da estrutura nuclear, que venha a ser aprovada, no Diário da República, por força do disposto no n.º 6 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, e em vista a que a mesma ganhe plena eficácia, em simultâneo com a publicação da estrutura flexível que vier a ser aprovada pelo órgão



executivo municipal, por forma a que ambas as estruturas entrem em vigor em simultâneo, sob pena de perturbar o normal funcionamento dos serviços.” -----

----- A presente proposta foi aprovada, por maioria, em reunião de Câmara Municipal realizada no dia 29 de outubro de 2018. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais. -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Paulo Prior, proferindo as seguintes palavras: ----

----- “Pretende o Executivo do Partido Socialista com esta proposta, conforme consta aqui no seu corpo, criar dois Departamentos Municipais, cinco Unidades Orgânicas Flexíveis de 2.º grau, são aquilo que chamamos de Chefe de Divisão e mais sete Subunidades Orgânicas de Coordenadores, além disso também pretende como é óbvio, quando estamos a falar de Diretores de Departamentos e Chefes de Divisão, o abono das despesas de representação, um Diretor de Departamento ganha aproximadamente 2.900,00€ e tem despesas de representação cerca de 300,00€, os Chefes de Divisão, salvo erro, são 2.700,00€ e aproximadamente 200,00€ de despesas de representação, e diz mais o seguinte no corpo da proposta, para além das Unidades Funcionais referidas, entendemos que deveram ser mantidos os Serviços de Assessoria e Apoio aos Órgãos Municipais designadamente os Gabinetes de Apoio aos Presidente das Juntas, Vereadores, à Assembleia Municipal, os Gabinetes de Proteção Civil, do Conselho Municipal de Educação, Comunicação e Relações Públicas, embora não seja atribuído o mesmo estatuto funcional, tem um papel importante e fundamental na tomada das decisões dos respetivos Órgãos Municipais. -----

----- E fundamenta esta proposta nos seguintes termos. -----

----- Pretende-se com a presente proposta proceder a alguns ajustes na estrutura organizacional dos serviços municipais, de modo a poder conferir maior eficiência e eficácia

no sentido que as mesmas possam dar às necessidades e exigências dos cidadãos, decorrente dos desafios e realidades existência, bem como dispor de uma lógica de racionalização dos serviços e estabelecimento de metodologias de trabalho transversal, tendo em conta as atribuições e competências que estão conferidas aos municípios. -----

----- Eu ao fazer a minha intervenção obviamente até porque isto está tudo relacionado, os pontos 2, 3, e 4, tudo isto tem materialização nas “Grandes Opções do Plano”. Senhores Deputados tudo isto é treta, isto aqui é lixo, há aqui duas conclusões que nós temos que tirar obviamente desta intenção muito concreta! -----

----- Desde logo uma conclusão, criar toda esta panóplia de cargos e um atestado de incompetência aos atuais funcionários municipais. -----

----- Então os funcionários existentes nesta autarquia sempre foram manifestamente suficientes para prestar os serviços aos penaguienses, nunca se ouviu queixas em relação aos funcionários municipais, o que se ouve são queixas da falta de disponibilidade do Presidente da Câmara, essas sim são recorrentes devido à pouca disponibilidade para atender os penaguienses, mas em relação aos funcionários municipais, o antecessor do atual Presidente da Câmara, tinha uma máquina extremamente leve e suficientes para as atividades que têm que prestar ao próprio município, por isso digo que somos frontalmente contra esse atestado de incompetência que está a passar aos funcionários municipais, mas há aqui um outro objetivo, todos nós sabemos o que se pretende com isto, com esta proposta pretendesse claramente gastar desnecessariamente do orçamento público para satisfazer os “Boys” do Partido Socialista e parasitarem à volta do Orçamento Municipal, este é o principal objetivo. -----

----- Os Senhores Deputados e Deputadas Municipais, sabem quanto é que a Câmara gastou em despesas com o pessoal em 2017, são os números que temos consolidados,



2.317.431,87€, sabem quanto é que está previsto para 2019, Senhores Deputados, 2.883.650,00€, são mais 566.218,13€, como o mandato ainda têm mais três anos, estamos a falar em gastar mais 1.000.800,00€, depois não há dinheiro para obras Senhores Deputados, claro que não pode haver, numas receitas tão curtas a “desbaratar” desnecessariamente dinheiro com pessoal que não é necessário, apenas e tão só para alimentar os parasitas dos “boys” do Partido Socialista, não se admirem que depois esta Câmara não faz absolutamente nada! -----

----- E hoje houve aqui uma “debandada” dos Deputados do Partido Socialista, não sei qual foi a razão, deve ser da vergonha, mas aos Senhores Deputados aqui presentes, peço-lhes alguma coragem, como diz o nosso Vereador na sua proposta, e bem, esta proposta é indigna, imoral e totalmente despesista. Normalmente o Senhor Presidente respondia sempre às Declarações de Voto do Vereador do PSD, nesta nem um “pio”, como diz o povo e muito bem, “contra factos não há argumentos”, por isso eu peço aos Senhores Deputados algum bom senso, responsabilidade. -----

----- Senhores Deputados Municipais, isto é uma Vergonha, os Senhores estão a defraudar os interesses dos penaguienses, não façam como os outros Deputados que fugiram, os Senhores que têm a coragem de estar aqui ao menos tenham a coragem de votar contra, porque isto é um favor que os Senhores estão a fazer aos penaguienses, isto é uma proposta totalmente imoral, a limitação de mandato tem as suas vantagens, mas também tem os seus defeitos, porque se não houvesse limitação de mandatos há muito mais controle nestas situações, agora como há limitação há que gastar muito, porque depois “quem vier que feche a porta”. -----

----- Os Senhores Deputados se votarem contra é um favor que fazem ao Concelho de Santa Marta de Penaguião, os Senhores estão a defender os penaguienses se votarem contra esta



proposta, porque se não, o principal “coveiro” do Concelho é o Presidente da Câmara, mas os Senhores não deixam de ser os ajudantes principais, até lhes digo mais Senhores Deputados, isto é um autêntico fascismo, os Senhores votarem a favor disto é aumentar a despesa com o pessoal em 600.000,00€, é um autêntico fascismo, os Senhores se votarem a favor, os Senhores de Socialista não têm absolutamente nada, deixam de ser o Grupo Municipal do Partido Socialista e passam a ser o Grupo do fascismo de Santa Marta de Penaguião.” -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado José Emílio, pedindo contenção nas palavras ao Senhor Deputado Paulo Prior, afirmando não haver parasitas na bancada do Partido Socialista, no entanto o mesmo não poderá dizer quanto à bancada do PSD, e, em relação aos “Boys” garantiu não andar à procura de emprego, nem fazer parte de qualquer unidade dependente da Câmara, acrescentou ainda que no seguimento do raciocínio do Senhor Deputado Paulo Prior, entendesse que o próprio teria interesse em assumir os destinos do Município para meter pessoas da sua conveniência. -----

----- No que concerne à proposta apresentada, questionou o Senhor Deputado quem lhe garantia que os 500.000,00€ serão gastos, e quem lhe garantia que os lugares serão todos ocupados, acrescentando que os lugares podem apenas ficar previstos sem que os mesmos sejam ocupados. -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, estranhando a coincidência do uso da palavra “coragem” quando se referiu aos Deputados do Partido Socialista, uma vez que esta expressão foi igualmente utilizada por um “suposto perfil do facebook”, prevenindo que ficariam atentos. -----

----- Seguidamente e com base num estudo realizado por várias Universidades, o Senhor Presidente menciona: -----

----- “Acesso, regulação de mercados e fatores explicativos, Santa Marta de Penaguião 4.º lugar nacional, índice sobre a voz dos cidadãos, prestação de contas e fatores explicativos, Santa Marta de Penaguião 6.º lugar”. -----

----- Perante estas evidências, e reconhecimento por várias Universidades, questiona se consideram ser uma gestão irresponsável. -----

----- Quanto à razão de não ter respondido à Declaração de Voto do Senhor Vereador, lembra as palavras proferidas, e, registadas em Ata, pelo Senhor Deputado Paulo Prior quando na discussão das contas, referiu não percebe nada de contas e que apenas iria comentar a Declaração do Senhor Presidente, assim sendo, o Senhor Presidente resolveu não tecer nenhum comentário à Declaração de Voto do Senhor Vereador, aguardando pela Assembleia Municipal para ver o que diria o Senhor Deputado Paulo Prior. -----

----- No que concerne à estruturação orgânica proposta, o Senhor Presidente da Câmara salientou a importância de estarmos antes dos outros municípios, afirmando que daqui a uns anos todos seguirão o mesmo caminho, no entanto Santa Marta dará o exemplo, demonstrando estar em condições de assumir todas as competências e desafios que sejam propostos, descartando a tese insinuada pelo Senhor Deputado Paulo Prior de atestado de incompetência aos senhores funcionários, pelo contrário o Senhor Presidente considera ser uma forma de motivação para os funcionários que estavam estagnados, podendo agora subir. Desta forma diz não compreender a posição do PSD, por um lado defende no Parlamento os 9 anos para os professores, mas por outro discorda que um funcionário da autarquia possa subir de categoria para ganhar mais 20 ou 30 euros, e que independentemente de a estrutura poder ser ocupada, ou alterada, é necessário prever os lugares a ocupar, destacando o sucedido em 2016, que o quadro de pessoal tinha 41 lugares a ocupar e não entrou ninguém,



em 2017 havia 26, e em 2018 havia 37, salientando a gestão necessária apresentada nesta proposta, conferindo maior competitividade para os desafios que possam surgir. -----

----- Na questão do pessoal, o Senhor Presidente afirma não dar qualquer hipótese de poderem criticar seja o que for. -----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia, submeteu o assunto a votação. -----

----- **Deliberação: Aprovada, por maioria, com quatro votos contra do Grupo Municipal do PPD/PSD e quinze a favor do PS, do CDS/PP, e dos Grupos de Cidadãos, “Fazer mais Pela Nossa Terra” e “Por Medrões Sempre”;** -----

----- **2.3** – Deliberar sobre a proposta de atribuição do abono das despesas de representação, aos titulares dos cargos de direção intermédia de 1.º e 2.º grau (n.ºs 1 e 2, artigo 24.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de outubro). -----

----- Presente a proposta da Câmara Municipal, de atribuição do abono das despesas de representação, enunciado no ponto anterior: -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais. -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para informar os Senhores Deputados que não haverá alteração à proposta aprovada desde 2010, pelo que não acarretará aumento das despesas. -----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia, submeteu o assunto a votação. -----

----- **Deliberação: Aprovada, por maioria, com quatro votos contra do Grupo Municipal do PPD/PSD e quinze a favor do PS, do CDS/PP, e dos Grupos de Cidadãos, “Fazer mais Pela Nossa Terra” e “Por Medrões Sempre”;** -----



----- 2.4 – Deliberar sobre a proposta de Alteração do Mapa de Pessoal para 2018 (alínea a), n.º 2, artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na atual redação, e alínea o), n.º 1, artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----

----- Presente a proposta da Câmara Municipal, de Alteração do Mapa de Pessoal para 2018, com o seguinte teor: -----

----- *“Nos termos do disposto nos artigos 28.º e 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho, que aprovou a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, conjugados com o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro e suas posteriores alterações, os municípios dispõem de um mapa de pessoal, tendo em conta as atividades, de natureza permanente ou temporária, a desenvolver durante a sua execução, contendo o número de postos de trabalho para o desenvolvimento das respetiva atividades.* -----

----- *Dispõe o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, a organização, a estrutura e o funcionamento dos serviços da administração autárquica devem orientar-se pelos princípios da unidade da eficácia da ação, da aproximação dos serviços aos cidadãos, da desburocratização, da racionalização de meios e da eficiência na afetação de recursos públicos, da melhoria quantitativa e qualitativa do serviço prestado e da garantia de participação dos cidadãos, bem como pelos demais princípios constitucionais aplicáveis à atividade administrativa e acolhidos no Código do Procedimento Administrativo.* -----

----- *Neste quadro, urge proceder a alguns ajustamentos na estrutura organizacional dos serviços municipais, de modo a poder conferir maior eficiência e eficácia no sentido de que os mesmos possam dar às necessidades e exigências dos cidadãos, decorrentes dos desafios e realidades existentes, bem como dispor de uma lógica de racionalização dos serviços e de estabelecimento de metodologias de trabalho transversal, tendo em conta as atribuições e competências que estão conferidas aos municípios.* -----

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

----- Para o efeito e enquanto âncora do supra alegado torna-se necessário alterar o quadro de pessoal para 2018, mormente, dotá-lo de: dois Diretores de Departamento; três Chefes de Divisão; três Técnicos Superiores, dois Coordenadores Técnicos; um Fiscal Municipal, um Assistente Técnico e um Assistente Operacional. -----

----- Em coerência com as razões de facto e direito enunciadas, tomo a liberdade de propor à Executivo Municipal que aprove: -----

----- 1 – A proposta de alteração do mapa de pessoal para 2018, que consiste na criação dos lugares citados; -----

----- 2 – Que, em caso de aprovação, a mesma seja submetida à apreciação da Assembleia Municipal para efeitos de aprovação, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro e suas posteriores alterações e da alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- A alteração consta do mapa que se anexa e que faz parte integrante da presente proposta. A despesa correspondente aos postos de trabalho a criar será objeto de adequada alteração orçamental.” -----

----- A presente proposta foi aprovada, por maioria, em reunião de Câmara Municipal realizada no dia 29 de outubro de 2018. -----

----- Não havendo pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia, submeteu o assunto a votação. -----

----- **Deliberação: Aprovada, por maioria, com quatro votos contra do Grupo Municipal do PPD/PSD e quinze a favor do PS, do CDS/PP, e dos Grupos de Cidadãos, “Fazer mais Pela Nossa Terra” e “Por Medrões Sempre”;** -----

----- **2.5 –** Deliberar sobre a proposta de Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), para vigorar no ano económico de 2019 (n.º 5, artigo 112.º do Decreto-Lei n.º 287/2003,



de 12 de novembro e alínea d), n.º 1, artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----

----- Presente a proposta da Câmara Municipal sobre proposta de Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, com o seguinte teor: -----

----- “Considerando que: -----

----- *O Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) que incide sobre o valor patrimonial tributário dos prédios rústicos e urbanos situados no território Português, constitui receita dos Municípios onde os mesmos se localizam; -----*

----- *O Executivo Municipal pauta a sua atuação por valores que respeitem e reforcem a coesão social e territorial e se baseia no apoio contínuo às famílias residentes no Concelho; -*

----- *O Concelho de Santa Marta de Penaguião deve continuar a dar um sinal de que vale a pena investir e viver num concelho que procura afirmar incessantemente a qualidade de vida dos seus munícipes e apostar no presente para garantir o desenvolvimento futuro; -----*

----- *O rigor e a transparência na gestão e correta e cuidada aplicação dos “dinheiros” públicos têm constituído os princípios fundamentais da política orçamental prosseguida por este Município; -----*

----- *Foi neste contexto, e por se entender fazer todo o sentido, que a consolidação do equilíbrio financeiro do Município deve concorrer para a redução da carga fiscal dos contribuintes deste concelho, bem como para a dinamização da sua atividade económica, criando inclusive alguma competitividade fiscal relativamente a municípios vizinhos, que foi aprovada, já em 2013 (no anterior mandato deste Executivo Municipal), a redução, na ordem dos 20% da taxa do imposto municipal sobre imóveis, comparativamente à taxa aplicada nos anos anteriores (no ano de 2012 foi aplicada a taxa de IMI de 0,4%.);-----*

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

---- Não obstante a redução da receita proveniente deste imposto, verificada desde o ano de 2013 como resultado do processo de avaliação geral dos imóveis, e à semelhança dos anos anteriores, fará todo o sentido manter-se o nível da tributação deste imposto, em face da conjuntura económica e financeira nacional. -----

---- Assim, de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 112.º do Código do IMI, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro, com as suas ulteriores alterações, os Municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, podem fixar a taxa a aplicar em cada ano, dentro dos intervalos previstos na alínea c) do n.º 1, ou seja, 0,3% a 0,45% para os prédios urbanos. -----

---- Por outro lado e de acordo com o n.º 1 do artigo 112.º-A do mesmo Código, os Municípios, podem, ainda, também mediante deliberação do órgão deliberativo, fixar uma redução da taxa do IMI que vigorará no ano a que respeita o imposto, a aplicar ao prédio ou parte do prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar, de acordo com a seguinte tabela: -----

Numero de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1	20
2	40
3 ou mais	70

---- Os mapas seguintes demonstram as taxas e as deduções aprovadas para os anos de 2015 a 2018 e o valor do imposto municipal sobre imóveis que reverteu a favor dos sujeitos passivos deste imposto nos anos de 2015 a 2018, bem como o valor que reverterá para os mesmos sujeitos passivos em 2019. -----

Handwritten signature and initials in blue ink.

----- No Mapa I demonstra-se que os Penaguienses nos anos de 2015 a 2018 beneficiaram da redução da taxa a aplicar aos prédios urbanos no valor de 778.445,36€ a que corresponde uma percentagem de 61,72%, atingindo no final do ano de 2019 o valor de 960.802,80€ e uma percentagem de 62,35%. -----

----- Importa referir que os anos de recebimento por parte do Município correspondem aos anos de cobrança pela Autoridade Tributária e Aduaneira sendo que as liquidações efetuadas por esta entidade e os impostos dizem respeito, respetivamente, aos anos que antecedem. A cobrança da redução do IMI sobre imóveis, atendendo ao número de dependentes do agregado familiar, só passou a ter efeitos a partir do ano de 2016. -----

Mapa I - Imposto Municipal sobre Imóveis (Prédios Urbanos)					
Ano de Recebimento	Taxas / Valores			Diferença	Obs
	0,3% (*)	0,45%	0,50%		
2015	353 286,16 €		597 462,15 €	-244 175,99 €	
2016	279 404,89 €		474 493,49 €	-195 088,60 €	
2017	303 174,49 €	468 642,28 €		-165 467,79 €	
2018	319 109,36 €	492 822,33 €		-173 712,97 €	
Soma	1 254 974,90 €	961 464,61 €	1 071 955,64 €	-778 445,35 €	
2019	335 894,51 €	518 251,97 €		-182 357,45 €	a)
Total	1 590 869,41 €	1 479 716,57 €	1 071 955,64 €	-960 802,80 €	

(*) Taxa aprovada pela Assembleia Municipal e valores liquidados pela Autoridade Tributária e Aduaneira

a) Valor estimado tendo em conta a percentagem da variação da liquidação do IMI dos dois anos anteriores

Fonte: Acesso ao Portal das Finanças - Art.º 19.º, n.º 7 da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro

Handwritten signature and initials in blue ink.

----- Da análise do Mapa II, verifica-se que do valor total da liquidação da coleta do IMI de prédios de sujeitos passivos com dependentes a cargo, efetuada pela Autoridade Tributária e Aduaneira, cerca de 29% (42.880€) constitui apoio municipal aos agregados familiares com dependentes. -----

Mapa II - Agregados Familiares com Dependentes - Artigo 122.º-A do Código do IMI						
Ano de Recebimento	Nº dependentes a cargo	N.º de agregados (*)	Redução aprovada	Valor da redução	Coleta IMI (*)	Receta do Município
2016	1	267	10%	-	22 026 €	22 026 €
	2	169	15%	2 856 €	19 039 €	16 183 €
	3	22	20%	364 €	1 820 €	1 456 €
	Total			3 220 €	42 885 €	39 665 €
2017	1	261	20 €	5 220 €	19 499 €	14 279 €
	2	166	40 €	6 640 €	15 006 €	8 366 €
	3	22	70 €	1 540 €	1 965 €	425 €
	Total			13 400 €	36 470 €	23 070 €
2018	1	262	20 €	5 240 €	18 986 €	13 746 €
	2	149	40 €	5 960 €	13 959 €	7 999 €
	3	26	70 €	1 820 €	2 090 €	270 €
	Total			13 020 €	35 035 €	22 015 €
2019	1	258	20 €	5 160 €	18 544 €	13 384 €
	2	146	40 €	5 840 €	14 129 €	8 289 €
	3	32	70 €	2 240 €	2 243 €	3 €
	Total			13 240 €	34 915 €	21 675 €
Total Geral				42 880 €	149 305 €	106 425 €

(*) Informação prestada pela Autoridade Tributária e Aduaneira

----- Nos termos expostos, proponho: -----

----- 1 - Que ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, o Executivo Municipal delibere aprovar, sob a forma de proposta:

----- a) A taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, a aplicar em 2019 aos prédios urbanos; --

----- b) A redução da taxa do Imposto sobre imóveis a aplicar ao prédio ou parte do prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado



familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar; -----

---- 2 – Que as propostas sejam submetidas à apreciação da Assembleia Municipal para os efeitos previstos nos artigos 112.º e 112.º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, em conjugação com as alíneas c) e d) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro. -----

---- As deliberações da Assembleia Municipal correspondentes devem ser comunicadas à Autoridade Tributária e Aduaneira, por transmissão eletrónica de dados, para vigorarem no ano seguinte, aplicando-se a taxa mínima, caso as comunicações não sejam recebidas pela Autoridade Tributária até 31 de Dezembro.” -----

---- A presente proposta foi aprovada, por unanimidade, em reunião de Câmara Municipal realizada no dia 29 de outubro de 2018. -----

---- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais. -----

---- Não havendo pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia, submeteu o assunto a votação. -----

---- **Deliberação: Aprovado, por unanimidade. O Senhor Deputado Paulo Prior estava ausente no momento da votação.** -----

---- **2.6 –** Deliberar sobre a proposta de Redução da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a aplicar em 2019, para as famílias com dependentes a seu cargo (n.º 1, artigo 112.º-A do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro e alínea d), n.º 1, artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro). -----

---- Presente a proposta da Câmara Municipal de Redução da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, enunciado no ponto anterior: -----

Handwritten signature and initials in blue ink.

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais. -----

----- Não havendo pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia, submeteu o assunto a votação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovada, por unanimidade.** -----

----- **2.7 –** Deliberar sobre a proposta de Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), para vigorar no ano económico de 2019 (n.º 5, artigo 112.º do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro e alínea d), n.º 1, artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----

----- Presente a proposta da Câmara Municipal sobre proposta de Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, com o seguinte teor: -----

----- *“De acordo com o n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro que aprovou o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% do IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código do IRS, deduzido do montante afeto ao Índice Sintético de Desenvolvimento Social nos termos do n.º 2 do artigo 69.º.* -----

----- *De harmonia com o disposto no n.º 2 do supra citado artigo 26.º, a participação variável depende de deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo município, a qual deve ser comunicada por via eletrónica pela respetiva câmara à Autoridade Tributária (AT), até 31 de Dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos.* -----

----- *Ainda de acordo com o n.º 3 do mesmo artigo a ausência da comunicação à AT ou a receção da comunicação para além do prazo estabelecido, equivale à falta de deliberação e*



à perda do direito à participação variável por parte dos municípios. Nesta situação, em conformidade com o n.º 4, ainda do mesmo artigo, ou caso a percentagem deliberada pelo município seja inferior à taxa de 5%, o produto da diferença de taxas e a coleta é considerado como dedução à coleta do IRS, a favor do sujeito passivo, relativo aos rendimentos do ano imediatamente anterior àquele a que respeita a participação variável, desde que a respetiva liquidação tenha sido feita com base em declaração apresentada dentro do prazo legal e com os elementos nela constantes. -----

----- Assim, considerando que a nossa situação económica e social conjuntural, o Município deve continuar a promover a fixação de pessoas no seu território; -----

----- Considerando que se deve dar sinal de que vale a pena investir e viver num concelho que procura afirmar incessantemente a qualidade de vida dos seus munícipes e apostar no presente para garantir o desenvolvimento futuro; -----

----- Considerando a situação atual de recuperação de uma crise económica que afetou o País ao longo dos últimos anos, refletindo-se gravemente nos rendimentos dos agregados familiares. -----

----- Considerando que conforme se demonstra no mapa seguinte, a política seguida pelo Executivo de proporcionar aos seus munícipes maior conforto financeiro, de apoio às famílias aqui residentes e reforçando a coesão social, representa, nos três últimos anos, cerca de 62,8% (219.942€) do valor da receita da participação variável no IRS que o Município poderia arrecadar, que reverteu em benefício dos sujeitos passivos Penaguienses com domicílio fiscal no Concelho, atingindo 73,58% (427.375€) no ano de 2020, ano em que se reflete a taxa de participação do IRS a aprovar e que incide sobre os rendimentos de 2019; -----

[Handwritten signature]

Participação variável no IRS (5%) - Art.º 26.º - Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro (*)

Ano de Recebimento	Participação variável de 5%	Percentagens deliberadas / Valores				Receita do Município	Dedução à coleta líquida do IRS / Municípios	Obs
		2,5%	2%	1%	0,5%			
	(a)	(b) = 50% X (a)	(c) = 40% X (a)	(d) = 20% X (a)	(e) = 10% X (a)	(f)	(g)	
2016	126 020 €	63 010 €				63 010 €	63 010 €	
2017	112 630 €		45 052 €			45 052 €	67 578 €	
2018	111 692 €			22 338 €		22 338 €	89 354 €	
Soma	350 342 €					130 400 €	219 942 €	

Participação variável no IRS (5%) - Art.º 26.º - Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro (*)

Ano de Recebimento	Participação variável de 5%	Percentagens deliberadas / Valores				Receita do Município	Dedução à coleta líquida do IRS / Municípios	Obs
		2,5%	2%	1%	0,5%			
	(a)	(b) = 50% X (a)	(c) = 40% X (a)	(d) = 20% X (a)	(e) = 10% X (a)	(f)	(g)	
2019	116 781 €				11 678 €	11 678 €	105 103 €	1)
2020	113 701 €				11 370 €	11 370 €	102 331 €	1)
TOTAL	580 824 €					153 449 €	427 375 €	

(*) Fonte: Leis do Orçamento de Estado 1) Valor estimado calculado com base na média da participação de 5% dos últimos 3 anos

----- Considerando que a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovou no ano transato uma participação variável no IRS de 0,5%, a incidir sobre os rendimentos de 2018, fundamentada em pressupostos idênticos aos supramencionados e que se mantêm na atualidade. -----

----- Assim, nos termos expostos, propõe-se ao Executivo Municipal: -----

----- 1 - Que delibere fixar a taxa de participação no IRS a que tem direito, a incidir sobre os rendimentos de 2019 dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na área deste Município, nos termos e em conformidade com os n.ºs 1 e 2 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, na sua redação atual; -----

----- 2 – Que, em caso de aprovação da presente proposta, a mesma seja submetida à Assembleia Municipal nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.” -----



---- A presente proposta foi aprovada, por unanimidade, em reunião de Câmara Municipal realizada no dia 29 de outubro de 2018. -----

---- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais. -----

---- Não havendo pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia, submeteu o assunto a votação. -----

---- **DELIBERAÇÃO: Aprovada, por unanimidade.** -----

---- **2.8** – Deliberar sobre os documentos previsionais (Grandes Opções do Plano e Orçamento) para 2019, (alínea a), n.º 1, artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----

---- Presente a proposta da Câmara Municipal de aprovação dos documentos previsionais (Grandes Opções do Plano e Orçamento) para 2019, com o seguinte teor: -----

---- *“O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/2009, de 22 de Fevereiro, na sua redação atual, refere que os documentos previsionais a adotar por todas as autarquias locais são as Grandes Opções do Plano e o orçamento. Nas grandes opções do plano são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico do Município de que fazem parte o Plano Plurianual de Investimentos e as Atividades mais Relevantes da gestão autárquica (Plano de Atividades Municipal) e no Orçamento é apresentada a previsão anual das receitas, bem como as despesas, de acordo com um quadro de contas.* -----

---- *Por sua vez, a Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais (RFAL), determina no seu artigo 46.º que o orçamento municipal inclui, para além de um relatório, os seguintes elementos:* -----

---- *1. identificação e descrição das responsabilidades contingentes;* -----



----- 2. mapa resumo das receitas e despesas da autarquia; -----

----- 3. mapa das receitas e despesas, desagregado segundo a classificação económica; -----

----- 4. articulado que contenha as medidas para orientar a execução orçamental; -----

----- 5. mapa das entidades participadas pelo município, identificadas pelo número de identificação fiscal, incluindo a respetiva percentagem de participação e o valor correspondente. -----

----- As autarquias locais encontram-se obrigadas pela conjugação da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que define o regime jurídico das autarquias locais com o estipulado no ponto 3.1.1 do POCAL, à elaboração, aprovação e execução de um orçamento anual coincidente com o ano civil. -----

----- O POCAL e o RFAL estabelecem as estritas regras e princípios previsionais às quais o orçamento do Município se deve submeter, designadamente os previstos no referido ponto 3.1.1 das Regras Previsionais com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de Abril e nos artigos 40.º a 46.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro. -----

----- Assim, constituem as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano económico de 2018, o mapa resumo do orçamento, o orçamento da Receita e da Despesa, o Plano Plurianual de Investimentos, o Plano de Atividades Municipal (Atividades Municipais mais Relevantes), o mapa de transferências de receitas do exterior e da administração central, o Quadro Plurianual de Programação Orçamental, embora este com carácter não vinculativo conforme justificação constante do relato orçamental, o mapa dos empréstimos e o mapa resumo das transferências para as Freguesias, no âmbito da execução dos acordos de execução da delegação legal de competências, da delegação de competências em matéria de transportes escolares, e de apoios pontuais relativos ao programa ocupacional e de



investimentos, a descrição das responsabilidades contingentes, as normas de execução orçamental e o mapa das entidades participadas pelo município. -----

----- Assim sendo, considerando: -----

----- 1 - Que no uso das competências constantes do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais, compete à Câmara Municipal elaborar e submeter a aprovação da Assembleia Municipal, as Opções do Plano e a proposta do Orçamento. -----

----- 2 - Que de acordo com o disposto nos artigos 28º e 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho que aprovou a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, conjugados com o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro e suas posteriores alterações, os municípios dispõem de um mapa de pessoal, o qual deve acompanhar a proposta do orçamento, e cuja aprovação é da competência da Assembleia Municipal; -----

----- 3 – Que conforme n.º 2 da Cláusula 3.ª do acordo de execução de “Delegação Legal” de competências celebrado com as Freguesias, se encontra previsto que as verbas necessárias ao desempenho das competências delegadas são atualizadas em função da percentagem da variação da participação das freguesias nos impostos do Estado que constitui o Fundo de Financiamento das Freguesias; -----

----- 4 – Que da proposta do orçamento que agora se submete à apreciação do Executivo Municipal e à Assembleia Municipal, constam as verbas a transferir para as Freguesias referidas no número anterior, calculadas em função da proposta de Lei do Orçamento do Estado para o ano de 2019; -----

----- 5 - Que de acordo com o disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, adaptado à administração local, as despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente com a



aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação – venda ou compra a prestações com encargos, não podem ser efetivadas sem prévia autorização do órgão deliberativo, salvo quando resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados ou os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução não exceda três anos; -----

----- 6 - Que conforme dispõe a al.ª c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso - LCPA), a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita a autorização prévia da assembleia municipal, quando envolvam entidades da administração local; -----

----- 7 – Que o disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, diploma que contempla as normas legais e disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da LCPA referida, determina que para efeitos de aplicação da al.ª c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pela assembleia municipal poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano; -----

----- 8 - Que o Município contempla nos seus documentos previsionais para 2019, projetos e ações a realizar no âmbito dos objetivos estabelecidos que se prolongam para os anos económicos seguintes; -----

----- 9 - Que estão previstos fornecimentos e serviços não contemplados no Plano Plurianual de Investimentos, nem no Plano das Atividades mais Relevantes, uma vez que este é um documento facultativo à luz do POCAL, que constituem despesas de natureza corrente mas



que, no entanto, se encontram incluídas nas correspondentes rubricas do orçamento da despesa corrente. -----

----- Face ao referido, proponho ao Executivo Municipal que delibere no sentido de: -----

----- a) Aprovar os documentos previsionais (Grandes Opções do Plano e Orçamento) para 2019, documentos cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais; -----

----- b) Aprovar o Mapa de Pessoal para 2019, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 4 do artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho, e na alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, o qual acompanha a proposta de orçamento, contendo toda a informação exigível, por força do disposto nos artigos 28.º e 29.º da referida Lei e no n.º 1 do artigo 5.º do mencionado Decreto-Lei, documento cujo teor se dá aqui também por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais; -----

----- c) Aprovar a minuta dos contratos interadministrativos no âmbito do “Programa Ocupacional” a celebrar com as Freguesias e submeter a mesma à apreciação da Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

----- d) Que para efeitos do previsto na al.ª c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e em reforço do consentimento legal previsto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, aprove solicitar à Assembleia Municipal que esta delibere ao abrigo do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos seguintes casos: -----

----- i) Resultem de projetos ou ações constantes no Plano Plurianual de Investimentos e do Plano de Atividades Municipal (Atividades Mais Relevantes); ou -----



----- ii) Os seus encargos não excedam o limite 100.000€ em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e no prazo de execução de três anos; -----

----- iii) Que a assunção de compromissos plurianuais referidos nas alíneas anteriores e ao abrigo da autorização prévia, só poderá fazer-se quando, para além das condições mencionadas, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, e cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas. -----

----- e) Submeter, sob a forma de proposta, os referidos documentos à apreciação, discussão e votação da Assembleia Municipal, conforme o que dispõe as alíneas a) e o), do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais) e alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, bem como ao abrigo do disposto na al.ª c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho. -----

----- f) Que, caso a presente proposta venha a merecer aprovação pelos respetivos órgãos municipais, deverão os mesmos documentos ser publicitados e inseridos na página eletrónica do Município, assim devendo permanecer.” -----

----- A presente proposta foi aprovada, por maioria, em reunião de Câmara Municipal realizada no dia 29 de outubro de 2018. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais. -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Paulo Prior, proferindo as seguintes palavras: ----

----- “Permita-me que faça a minha intervenção sentado para poder manusear melhor o documento! -----



----- Eu vou fazer uma intervenção diferente das que costumo fazer, e vou pedir-lhe alguns esclarecimentos e fazer algumas observações. -----

----- Página 43 – Construção do edifício “Frei João de Mansilha”, uma obra emblemática que já vem de 2013, mas não lhe está a dar muita importância, “zero”! Construção de redes locais e pontes panorâmicas 500,00€, “Miradouro Espaço Douro Vivo” 80.550,00€, e, depois na página 45, “Douro do Frei João de Mansilha - Ligação Histórica” com um financiamento definido para 2019 na sua globalidade de 138.500,00€, gostava que nos desse mais alguns esclarecimentos sobre este projeto e sua finalidade. Página 49, já fiz aqui referência, o Senhor define para a praia fluvial de Fornelos 7.250,00€ e para a valorização do caminho interior português de Santiago 85.000,00€, nós entendemos que aqui as prioridades estão invertidas.

----- Tenho aqui uma curiosidade na página 59, no “Plano de Atividades”, “Gestão do canil intermunicipal” 24.000,00€, gostaria que explicasse esta verba, acho que é extremamente exagerada, mas posso até estar enganado como é óbvio! -----

----- Semana Cultural prevê gastar 80.000,00€, com esse valor dá para fazer muito melhor! --

----- Também há aqui na página 64, para a Associação dos Municípios da Rota da Estrada Nacional n.º 2.066.200,00€, também gostava de alguns esclarecimentos, quais as finalidades da transferência desta verba, em seguida tem as receitas e despesas no ano de 2017 a Câmara teve uma despesa de 6.000.962,52€, está a prever de receitas mais 2.000.583,00€, a que se deve este aumento exponencial das receitas? Bem sabemos que aqui há um empréstimo, o município pretende utilizar até 2019 os dois empréstimos contratados. Não entendo como numa previsão dos impostos indiretos esta Câmara esta a prever arrecadar mais impostos indiretos no valor de 113.000,00€, impostos indiretos mais 33.000,00€, em taxas mais 59.000,00€, em rendimentos de propriedade mais 38.000,00€ e assim sucessivamente. Em relação à despesa com o pessoal, eu tenho que dar algum crédito a este



documento, se este documento não tem o mínimo de seriedade, não devia sair do lugar de onde o foi buscar, que é o caixote do lixo! -----

---- E aqui está despesas com o pessoal 2.883.650,00€ e mais o Senhor quando entrou na Câmara, tinha uma despesa com o pessoal de 2.027.000,00€ e para 2019 a previsão que aqui está são de 2.883.650,00€, eu tenho que dar credibilidade a estes números, estamos a falar aproximadamente desde que o Senhor entrou no Executivo, mais 900.000,00€, nós próximos três anos estamos numa verba aproximadamente de 3.000.000,00€, isto se vamos acreditar nos números que estão aqui, caso contrário, se não é para darmos qualquer relevância aos números que aqui são colocados neste documento, muito francamente não sei o que estamos aqui a fazer! -----

---- E em relação aos dois empréstimos que contratou este ano, um no valor de 825.000,00€ e que pretende utilizar este ano, 595.000,00€, fica com um saldo de 230.000,00€ e o total deste investimento dá 1.015.000,00€, pelo que não está desajustado, e quanto ao outro empréstimo que é inferior, 439.000,00€ para as obras que pretende aqui executar, pretende utilizar em 2019, 183.250,00€, o que lhe dá um saldo de 250.000,00€, mas o total de investimento é 1.185.500,00€, obviamente que aqui o Senhor está a pensar que irá conseguir financiamento através dos fundos comunitários, por isso quero saber se alguns destes projetos já tem aprovação com fundos comunitários? -----

---- Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, para esclarecer que estes documentos são previsionais, e que as contas das receitas serão aprovadas em relatório e contas, sendo prematuro falar neste momento das receitas, devendo entender-se que a alteração do quadro de pessoal e a estrutura orgânica irá se refletir no Orçamento, sendo descabido a questão dos vencimentos. -----



---- No que diz respeito aos empréstimos clarificou que os empréstimos foram contratualizados por todos, sendo aprovado por unanimidade na Câmara e na Assembleia, chamou também à atenção para a informação que consta, dando conta que foi reduzido o valor do empréstimo devido à retirada dos encargos relativos à habitação social, entendendo a DGAL que conta para o limite do empréstimo. -----

---- No que concerne à “Nacional n.º 2”, afirmou que o “Turismo Porto e Norte”, apoiante do “Grande Prémio da Nacional 2”, realizou um contrato em nome do município, aprovado em reunião de Câmara aceitar a transferência dos 50.000,00€ para a “Nacional n.º 2. -----

---- Quanto ao valor das despesas com o canil, o Senhor Presidente lembra que se trata de despesas ordinárias, devido à proibição do abate de animais, sendo da responsabilidade do município pagar a alimentação e cuidados até à adoção, e a realização das obras que forem necessárias, apesar da complexidade e da onerosidade, considera menos dispendioso do que a existência de um canil por cada município. -----

---- Relativamente ao edifício do “Frei João de Mansilha”, relembra que é um desafio e um objetivo que pretendem realizar, no entanto na regeneração urbana “PARU”, foi considerada ilegíveis as intervenções que alterassem a fachada, estando prevista a demolição e a construção de raiz, saindo por este motivo do “PARU” e da possibilidade dos fundos comunitários, já o “Frei João de Mansilha” e a Rotunda estão inscritas no “PRODER”, onde já foi aprovado e publicado, o “Frei João de Mansilha - Ligação Histórica” será um espaço de interpretação da vida e obra do “Frei João de Mansilha”. -----

---- Esclareceu ainda que os empréstimos que foram aprovados, estão afetos às obras que estão designadas, e assim que avancem, todo o financiamento da componente municipal será dos empréstimos, com a vigência de dois anos para a utilização dos empréstimos caso não sejam utilizados em 2019, pode ser utilizado até outubro de 2020. -----



----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Paulo Prior, proferindo as seguintes palavras: ----

----- *“Em relação aos empréstimos, o Senhor Presidente tem uma previsão no valor superior gasta 595.000,00€, e no valor inferior 183.000,00€, obviamente que não colocou estes números à sorte, queria saber, esta previsão é para executar a onde?”* -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para responder às dúvidas apresentadas pelo Senhor Deputado Paulo Prior, afirmando que em cada empréstimo estão definidas as obras, no entanto se os valores for ultrapassado pelo que está afeto, a Câmara terá que gastar mais dinheiro, caso contrário se não forem ultrapassados os valores, gastará menos do empréstimo, mas se ficar a meio serão devolvidos 50% do empréstimo. -----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia, submeteu o assunto a votação. -----

----- **Deliberação: Aprovada, por maioria, com quatro votos contra do Grupo Municipal do PPD/PSD, uma abstenção do CDS/PP e catorze votos a favor, do Grupo Municipal do PS, e dos Grupos de Cidadãos, “Fazer mais Pela Nossa Terra” e “Por Medrões Sempre”;** -----

----- **2.9 – Deliberar sobre formas de apoio às Freguesias – Aprovar a minuta dos contratos interadministrativos a celebrar no âmbito do “Programa Ocupacional” (alínea j), n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro).** -----

----- Presente a proposta da Câmara Municipal, de atribuição de apoio às Freguesias e aprovação da minuta dos contratos interadministrativos a celebrar no âmbito do “Programa Ocupacional”, enunciada no ponto anterior. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais. -----



----- Não havendo mais pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia, submeteu o assunto a votação. -----

----- **Deliberação: Aprovada, por unanimidade.**-----

----- **2.10** – Deliberar sobre a proposta do Mapa de Pessoal para 2019 (alínea a), n.º 2, artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na atual redação, e alínea o), n.º 1, artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----

----- Presente a proposta da Câmara Municipal sobre o Mapa de Pessoal para 2019, transcrita no ponto 2.8. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais. -----

----- Não havendo pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia, submeteu o assunto a votação. -----

----- **Deliberação: Aprovada, por maioria, com quatro votos contra do Grupo Municipal do PPD/PSD e quinze a favor do PS, do CDS/PP, e dos Grupos de Cidadãos, “Fazer mais Pela Nossa Terra” e “Por Medrões Sempre”;** -----

----- **2.11** – Deliberar sobre a proposta de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, para efeitos do previsto na alínea c), do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e em reforço do consentimento legal previsto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, nos casos mencionados nas alíneas i), ii) e iii) da alínea d) da proposta da Câmara Municipal (alínea c), n.º 1, artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2013, de 21 de junho). -----

----- Presente a proposta da Câmara Municipal de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, transcrita no ponto 2.8. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais. -----

----- Não havendo pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia, submeteu o assunto a votação. -----

----- **Deliberação: Aprovada, por maioria, com quatro votos contra do Grupo Municipal do PPD/PSD e quinze a favor do PS, do CDS/PP, e dos Grupos de Cidadãos, “Fazer mais Pela Nossa Terra” e “Por Medrões Sempre”;** -----

----- **2.12** – Tomar conhecimento da decisão da Câmara Municipal de eliminação do contrato do empréstimo, dos projetos constantes do Mapa III da proposta, reduzindo em proporção o valor contratual, passando o seu montante global para 439.000,00€ (alínea f), n.º 1, artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----

----- Presente a proposta da Câmara Municipal da decisão de eliminação do contrato do empréstimo, dos projetos constantes do Mapa III da proposta, reduzindo em proporção o valor contratual, passando o seu montante global para 439.000,00€, com o seguinte teor: -----

----- *“A Assembleia Municipal em sessão ordinária realizada no dia 22 de Junho do corrente ano, aprovou, por unanimidade, sob proposta da Câmara Municipal, também aprovada, por unanimidade, por deliberação tomada em 19 do mesmo mês de Junho, autorizar a contratação de dois empréstimos de médio e longo prazos, nos valores de 825.000,00€ e de 499.000,00€, (1.324.000,00€) junto da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Trás-os-Montes e Alto Douro, C.R.L., para financiamento dos projetos de investimento constantes dos mapas seguintes: ---*

Mapa I - Projetos de Investimento a Financiar						
Objetivo	Referência ao PPI		Classif. Económica Orçamental	Investimentos/Obras	Valor do Investimento	Valor a Financiar (Empréstimos)
	Projeto/Ação	N.º				
2.4.1	06	29/2014	07.01.02.03	Habitação Social - Adaptação da Escola da Velga	75 000,00 €	75 000,00 €
2.4.2	02	32/2014	07.03.03.05	Requalificação do Parque de lazer e Estacionamento em Conceiro - Sever	140 000,00 €	120 000,00 €
2.4.2	02	08/2015	07.03.03.01	Reabilitação do Balno dos Retornados - Medrões	235 000,00 €	230 000,00 €
2.4.2	17	19/2017	07.03.03.13	Arranjo Urbanístico Espírito Santo - São João de Lobrigos	411 000,00 €	250 000,00 €
3.3.1	11	41/2018	07.01.03.07	Requalificação do Largo do Pelourinho - Santa Marta de Penaguião - Aquisição de imóvel	150 000,00 €	150 000,00 €
TOTAL					1 011 000,00 €	825 000,00 €

Handwritten signatures and initials in blue ink.

MAPA II - PROJETOS DE INVESTIMENTO A FINANCIAR										
Referência do PPI		Classif. Económica Orçamental	Designação do Investimento/Obra	Valor do Investimento	Valor elegível p/comparticipação	Comparticipação Comunitária		Valor do encargo do Município	Valor a financiar pelo empréstimo	Obs
Objetivo	Projeto/Ação					%	Valor			
	Código	N.º								
2.4.2	09	09/2016	07.01.03.07	Requalificação do antigo Edifício dos Paços do Concelho - Escola de Artes	423 322,56 €	423 322,56 €	85%	359 824,18 €	63 498,38 €	63 000,00 € a)
2.4.2	13	15/2017	07.03.03.01	Requalificação do Largo do Pelourinho - Santa Marta de Penaguião	450 000,00 €	197 567,44 €	85%	167 932,32 €	282 067,68 €	282 000,00 € b)
2.4.2	14	16/2017	07.03.03.13	Requalificação das margens da Ribeira d'Arcã e espaço público envolvente	626 951,00 €	626 951,00 €	85%	532 908,35 €	94 042,65 €	94 000,00 € b)
TOTAL									439 000,00 €	
a) Planos de Ação de Regeneração Urbana - PARU-NORTE - 04 - 2016 - FEDER - 000206										
b) Planos de Ação de Regeneração Urbana - PARU-NORTE - 16 - 2016 - FEDER - 10-022										

MAPA III - PROJETOS DE INVESTIMENTO A FINANCIAR										
Referência do PPI		Classif. Económica Orçamental	Designação do Investimento/Obra	Valor do Investimento	Valor elegível p/comparticipação	Comparticipação Comunitária		Valor do encargo do Município	Valor a financiar pelo empréstimo	Obs
Objetivo	Projeto/Ação					%	Valor			
	Código	N.º								
2.4.2	07	07/2016	07.03.03.13	Miradouro - Espaço Douro Vivo	268 311,66 €	268 311,66 €	85%	228 064,91 €	40 246,75 €	40 000,00 € a)
2.4.2	10	40/2018	07.01.07 07.01.08	Douro do Frei João de Mansilha - Ligação de História	136 688,34 €	136 688,34 €	85%	116 185,09 €	20 503,25 €	20 000,00 € a)
TOTAL									60 000,00 €	
a) Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos (PROVERE) - Norte										

----- De acordo com o n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 2 de Setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais – RFALEI), a dívida total de operações orçamentais dos Municípios e das entidades previstas no artigo 54.º do RFALEI, onde se incluem os empréstimos, os contratos de locação financeira e todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais, não pode ultrapassar, em 31 de Dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita líquida dos três exercícios anteriores, sendo que os municípios que cumpram este limite, só podem aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios. -----

----- O limite da dívida total para 2018 e a dívida total do Município, bem como a situação da dívida face ao limite, em 31 de Dezembro último, constam dos quadros seguintes: -----

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

Quadro I - Limite da Dívida Total para 2018 (Art.º 52.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro)				
Receta Corrente			Média	Limite (1,5 x Média)
2015	2016	2017		
5 937 682,68 €	5 994 569,21 €	6 149 370,92 €	6 027 207,60 €	9 040 811,41 €

Quadro II - Dívida total (01/01/2018)		
Descrição		Valor
	Município:	
(1)	A curto prazo - Dívidas a terceiros	547 682,62 €
(2)	A médio e longo prazos - Empréstimos	1 866 116,01 €
(4)= (1) + (2)	Soma	2 413 798,63 €
(5)	Entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total	168 329,97 €
(6) = (4) + (5)	TOTAL	2 582 128,60 €

Quadro III - Situação da dívida face ao limite - 01/01/2018	
Limite da dívida total para 2018	9 040 811,41 €
Dívida total em 01/01/2018	2 582 128,60 €
Margem do limite da dívida	6 458 682,81 €
Valor correspondente a 20% da margem disponível	1 291 736,56 €
Valor total dos empréstimos contratados	1 324 000,00 €
Valor excedente da margem disponível	32 263,44 €

----- Verifica-se, assim, que o valor total dos contratos de empréstimos celebrados excede em 32 263,44€ a margem disponível correspondente a 20%, o que poderá ser impeditiva que o contrato no valor de 499 000,00€ para financiamento dos projetos de investimentos referidos nos Mapas II e III, comparticipados por Fundos Europeus, possa obter o “visto” do Tribunal de Contas por não estarem reunidos os pressupostos da alínea b) do n.º 3 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, situação que, por lapso nosso, não foi reportada na data oportuna. -----



----- De referir que o contrato do empréstimo no valor de 825 000,00€, para financiamento dos investimentos a que se refere o Mapa I, obteve o “Visto” do Tribunal de Contas em Sessão Diária de Visto de 6 de Setembro último. -----

----- Nesse sentido, dever-se-á eliminar desse contrato os projetos que constam do mencionado Mapa III, reduzindo em proporção o valor contratual, passando a ser de 439.000,00€, correspondente aos projetos do Mapa I e proceder à alteração da Cláusula 1.ª do mesmo, por adenda, mediante solicitação e com a concordância da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Trás-os-Montes e Alto Douro, C.R.L., -----

----- Assim, sugere-se: -----

----- 1 – Que seja submetida à apreciação da Câmara Municipal, a eliminação do contrato do empréstimo os projetos que constam do mencionado Mapa III, reduzindo em proporção o valor contratual, passando o seu montante global para 439.000,00€;-----

----- 2 – Que, em caso de aprovação nos termos do número anterior, seja oficiado à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Trás-os-Montes e Alto Douro, C.R.L., para elaboração da adenda do contrato, contendo as alterações referidas; -----

----- 3 – Que da deliberação da Câmara Municipal tomada no ponto 1, seja dado conhecimento à Assembleia Municipal.” -----

----- A presente proposta foi aprovada, por unanimidade, em reunião de Câmara Municipal realizada no dia 06 de novembro de 2018. -----

----- **Deliberação: Tomado Conhecimento.**-----

----- **2.13** – Deliberar sobre a proposta de retificação do valor a transferir para a Freguesia de Medrões, no âmbito dos Transportes Escolares (alínea k), n.º 1, artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----



----- Presente a proposta da Câmara Municipal de retificação do valor a transferir para a Freguesia de Medrões, no âmbito dos Transportes Escolares, com o seguinte teor: -----

----- “A Câmara Municipal em sua reunião realizada no passado dia 19 de setembro do corrente ano, deliberou ao abrigo da alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar, por unanimidade, a proposta de delegação de competências nas Juntas de Freguesias, no âmbito dos transportes escolares para o ano letivo 2018/2019, bem como os recursos financeiros necessários para o exercício dessas competências, a qual mereceu aprovação, também por unanimidade, por parte do Órgão deliberativo na sua sessão ordinária realizada no dia 28 de setembro último, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Acontece que o quadro financeiro que acompanhava a referida proposta, relativamente à Freguesia de Medrões, continha um erro de cálculo do valor a transferir, ou seja, para o número de dias letivos previstos (167), a um custo diário de 70,00€ acordado com o Exmº Senhor Presidente da Junta de Freguesia, perfaz um total de 11 690,00€ e não 6 680,00€, conforme constava do referido quadro. -----

----- Assim sendo, propõe-se ao Executivo Municipal que delibere: -----

----- a) Aprovar retificar para 11 690,00€, o valor a transferir para a Freguesia de Medrões, com os fundamentos antes mencionados; -----

----- b) Em caso de aprovação, submeter a proposta, à apreciação e decisão da Assembleia Municipal, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.” -----

----- A presente proposta foi aprovada, por unanimidade, em reunião de Câmara Municipal realizada no dia 06 de novembro de 2018. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais, não se registando pedidos de intervenção, foi o assunto colocado a votação. -----

----- **Deliberação: Aprovada, por unanimidade.**-----

----- **3 – PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”:** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia informou o plenário que a Mesa não registou qualquer pedido de intervenção do público, pelo que solicitou a leitura da minuta da ata. -----

----- E nada havendo mais a tratar, a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, em minuta, nos termos e para os efeitos consignados no n.º 4 do artigo 57.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Inês Nogueira Rebelo, com funções de 1.ª Secretária, que a elaborei. Foi encerrada quando eram 20:50 horas. -----

O Presidente da Assembleia,



António Júlio Alves Fernandes

O 1.º Secretário,



Inês Nogueira Rebelo